

Nº de Processo

045/2017

Setor:

Licitação

Modalidade:

Imaginabilidade de Licitação nº 017/2017
Chamamento Público 003/2015

Objeto:

Credenciamento de pessoas jurídicas da área de saúde para prestação de serviços médicos ambulatoriais e serviços de apoio à diagnose e terapia (SAD+)

Emissão em ____/____/____

Conclusão em ____/____/____

Observações:

Clin-Clinicas Integradas Ltda - EPP - CONTRATO N.º 066/2017

PROTOCOLO Nº 066/2017

DIA 17/05/2017

ESTADO DO PARANÁ
CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE

CNPJ: 00.136.858/0001-88 Telefone/Fax: 46313-3550 / 46331-3555
AFONSO PENA, 1902, CEP 85501-530
C.E.P.: 85501-530 - Pato Branco - PR

Solicitação Nr.: 67/2017

Data: 17/05/2017

Nr. por Centro de Custo: 40

Folha: 1/1

☐ Execução de Serviço

☐ Execução de Obra

☐ Compra

SOLICITAÇÃO DE MATERIAIS E/OU EXECUÇÃO DE OBRAS/SERVIÇOS

SOLICITANTE:

Centro de Custo: 2 - ATENDIMENTO AOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS **Código da Dotação :**
Órgão: 2 - DIVISÃO DE SAÚDE
Unidade: 1 - Atendimento aos Municípios Consorciados
Nome do Solicitante: Ivan Regis Ziem
Local de Entrega: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - RUA AFONSO PENA, N.º 1902
Destinação: Atender aos pacientes oriundos dos municípios consorciados ao Conims. **Identificação:**

Observações: CHAMAMENTO PUBLICO 003/2015

ITENS SOLICITADOS:

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Preço Unit. Previsto	Preço Total Previsto
1	2000	UND	0301010072 - Consulta Médica em Atenção Especializada. (12-01-0908)	36,6700	73.340,00
				Preço Total:	73.340,00

Solicitante: Ivan Regis Ziem:.....

Pato Branco, 17 de Maio de 2017.

Altair José Gasparetto

ESTADO DO PARANÁ
CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE

Folha: 1/1

000003

CNPJ: 00.136.858/0001-88
AFONSO PENA, 1902, CEP 85501-530
C.E.P.: 85501-530 - Pato Branco - PR

SOLICITAÇÃO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

Excelentíssimo(a) Presidente

No uso das atribuições de meu cargo, venho respeitosamente requerer que Vossa Excelência autorize a abertura de procedimento licitatório conforme especificações relacionadas abaixo. A existência de recursos orçamentários foi confirmada pelo parecer contábil expedido pelo setor de contabilidade, estando tudo de acordo com a legislação em vigor.

OBJETO DA LICITAÇÃO: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS DA ÁREA DE SAÚDE PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS AMBULATORIAIS E SERVIÇOS DE APOIO À DIAGNOSE E TERAPIA (SADT).

Processo Adm. nº: 45/2017 **Modalidade:** Inexigibilidade de Licitação
Forma de Julgamento: Chamada Publica
Forma Pgto. / Reajuste: Até o dia 30 posterior a NF / INPC/IBGE GRUPO "A"
Prazo Entrega/Exec.: 365 DIAS
Local de Entrega: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - RUA AFONSO PENA, N.º 1902
Urgência:
Vigência: 365 DIAS
Observações: CHAMAMENTO PUBLICO 003/2015

Convidados:

DOTAÇÕES QUE SERÃO UTILIZADAS:

1-CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE

Despesa	Código da Dotação	Descrição da Dotação	Compl. do Elemento	Valor Previsto
4	02.01.2.002.3.3.90.39.00.00.00.00	Atendimento aos Municípios Consorciados	3.3.90.39.50.30.00.00	3.340,00
	Fonte de Recurso : 1000 - Recursos Livres			
25	02.01.2.002.3.3.90.39.00.00.00.00	Atendimento aos Municípios Consorciados	3.3.90.39.50.30.00.00	70.000,00
	Fonte de Recurso : 1076 - Serviços de saúde de consórcio			
			Total previsto:	73.340,00

ITENS:

Item	Quantidade	Unid.	Descrição	Preço Unit. Máximo	Total Previsto
1	2000,000	UND	0301010072 - Consulta Médica em Atenção Especializada. (12-01-0908)	36,6700	73.340,00
Total Geral ----->				36,6700	73.340,00

Pato Branco, 17 de Maio de 2017.

Ivete Maria Lorenzi

ESTADO DO PARANÁ
CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE

Folha: 1/1

000004
JK

CNPJ: 00.136.858/0001-88
AFONSO PENA, 1902, CEP 85501-530
C.E.P.: 85501-530 - Pato Branco - PR

AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DE LICITAÇÃO

O(a) Presidente, Altair José Gasparetto, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, especialmente a Lei Nr. 8.666/93 e suas alterações legais, resolve:

01 - Autorizar a abertura do presente processo administrativo de licitação, assim identificado:

A - Processo Nr.: 45/2017
B - Modalidade: Inexigibilidade de Licitação
C - Forma de Julgamento: Chamada Publica
D - Forma Pgto./ Reajuste: Até o dia 30 posterior a NF / INPC/IBGE GRUPO "A"
E - Prazo Entrega/Exec.: 365 DIAS
F - Local de Entrega: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
G - Urgência:
H - Vigência: 365 DIAS
I - Objeto da Licitação: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS DA ÁREA DE SAÚDE PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS AMBULATORIAIS E SERVIÇOS DE APOIO À DIAGNOSE E TERAPIA (SADT).

J - Observações: CHAMAMENTO PUBLICO 003/2015

K - Convidados:

02 - Indicação de Recursos - Dotação Orçamentária:

1-CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE

pesa	Código da Dotação	Descrição da Dotação	Compl. do Elemento	Valor Previsto
24	02.01.2.002.3.3.90.39.00.00.00.00	Atendimento aos Municípios Consorciados Fonte de Recurso : 1000 - Recursos Livres	3.3.90.39.50.30.00.00	3.340,00
25	02.01.2.002.3.3.90.39.00.00.00.00	Atendimento aos Municípios Consorciados Fonte de Recurso : 1076 - Serviços de saúde de consórcio	3.3.90.39.50.30.00.00	70.000,00
Total Previsto :				73.340,00

Pato Branco, 17 de Maio de 2017.


Altair José Gasparetto

ATO DO GESTOR

Resolução N.º 042 de 06 de março de 2017

Súmula: Indicar Comissão Permanente de Licitações do CONIMS.

O Presidente da Assembleia do CONIMS – Consórcio Intermunicipal de Saúde, Senhor Altair José Gasparetto, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Protocolo de Intenções, Estatuto Social e Contrato de Consórcio Público:

Considerando que a investidura dos membros da Comissão Permanente de Licitação não deve exceder um ano, conforme art. 51, §4º, da Lei n.8.666/93;

Resolve:

Art. 1.º Indicar a Comissão Permanente de Licitação do CONIMS, constituindo-a das pessoas abaixo relacionadas:

Membro	Nº. do CPF	Cargo
Cacilda Aparecida Santos	033.437.559 (...)	Presidente
Sandra Fim	903.809.599 (...)	Vice-Presidente
Marlusa Picinin Moraes	840.053.869 (...)	Secretária
Sibele Maria Piazza Inocencio	554.008.849 (...)	Membro

Art. 2.º A Comissão designada poderá convocar a qualquer momento outros profissionais para compor a Comissão ou servirem de apoio/auxiliar a esta, em qualquer processo licitatório, desde que o objeto licitado exija.

Art. 3.º Revoga-se a formação da Comissão nomeada pela Resolução N.º 136/2016.

Art. 4.º Esta resolução entra em vigor a partir de sua publicação.

Pato Branco/PR, 06 de março de 2017.



ALTAIR JOSÉ GASPARETTO
Presidente

ESTADO DO PARANÁ
CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE

000006


Folha: 1/1

CNPJ: 00.136.858/0001-88
AFONSO PENA, 1902, CEP 85501-530
C.E.P.: 85501-530 - Pato Branco - PR

PARECER CONTÁBIL

Em atenção a solicitação do setor de compras e licitações para verificar a existência de recursos orçamentários para assegurar o pagamento das obrigações decorrentes do objeto especificado abaixo, certifico que:

- [] - HÁ recursos orçamentários para pagamento das obrigações conforme dotação(ões) especificada(s) abaixo;
[] - NÃO HÁ recursos orçamentários para pagamento das obrigações;
[] - Despesas Extra Orçamentárias.

DADOS DO PROCESSO ADMINISTRATIVO:

Nr. Processo Adm. / Ano: 45/2017
Data do Processo Adm.: 17/05/2017
Modalidade: Inexigibilidade de Licitação
Objeto do Processo Adm.: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS DA ÁREA DE SAÚDE PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS AMBULATORIAIS E SERVIÇOS DE APOIO À DIAGNOSE E TERAPIA (SADT).

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE

Cod.Red.	Un.Orç.	Proj./Ativ.	Elemento Despesa	Compl.do Elemento	Saldo Disponível	Valor Previsto
24	02.01	2.002	3.3.90.39.00.00.00.00	3.3.90.39.50.30.00.00	6.575,59	3.340,00
25	02.01	2.002	3.3.90.39.00.00.00.00	3.3.90.39.50.30.00.00	9.487.659,96	70.000,00
					Total Previsto:	73.340,00

					Total Geral:	73.340,00
--	--	--	--	--	---------------------	------------------

Pato Branco, Em 17/05/2017


Geneci Rodrigues Chaves

ESTADO DO PARANÁ
CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE

Folha: 1/1

CNPJ: 00.136.858/0001-88
AFONSO PENA, 1902, CEP 85501-530
C.E.P.: 85501-530 - Pato Branco - PR

000007

PARECER CONTÁBIL

Em atenção a solicitação do setor de compras e licitações para verificar a existência de recursos orçamentários para assegurar o pagamento das obrigações decorrentes do objeto especificado abaixo, certifico que:

- [] - HÁ recursos orçamentários para pagamento das obrigações conforme dotação(ões) especificada(s) abaixo;
[] - NÃO HÁ recursos orçamentários para pagamento das obrigações;
[] - Despesas Extra Orçamentárias.

DADOS DO PROCESSO DE COMPRA:

Processo Administrativo: 45/2017
Número Processo / Ano: 45/2017
Data do Processo: 17/05/2017
Modalidade: Inexigibilidade de Licitação
Objeto do Processo: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS DA ÁREA DE SAÚDE PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS AMBULATORIAIS E SERVIÇOS DE APOIO À DIAGNOSE E TERAPIA (SADT).

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE

Cod.Red.	Un.Orç.	Proj./Ativ.	Elemento Despesa	Compl.do Elemento	Saldo Dotação	Valor Previsto
24	02.01	2.002	3.3.90.39.00.00.00.00	3.3.90.39.50.30.00.00	6.575,59	3.340,00
25	02.01	2.002	3.3.90.39.00.00.00.00	3.3.90.39.50.30.00.00	9.487.659,96	70.000,00
					Total Previsto:	73.340,00

					Total Geral:	73.340,00
--	--	--	--	--	---------------------	------------------

Pato Branco, Em 17/05/2017


Geneci Rodrigues Chaves

000008
[Handwritten signature]

CERTIFICADO DE REGISTRO CADASTRAL Nr. 4

Data da Inscrição: 05/01/2004

Data da Renovação: 17/05/2017

Válido Até: 17/05/2018

DADOS GERAIS:

Razão Social: CLIN - CLÍNICAS INTEGRADAS LTDA. Data do Cadastro: 09/01/2013
Código: 417 Ativ.Econ.: 8513801 Tipo de Empresa: Prestação de Serviços em Geral
Endereço: Rua TOCANTINS, 2320
Bairro: Centro e-mail: clin.clinicas@gmail.com
Cidade: Pato Branco Estado: PR País: Brasil
C.E.P.: 85501-272 Telefone: 0462244990 Fax: 0462244990
CNPJ: 03.747.175/0001-55 Inscr. Estadual: ISENTA Inscr. Municipal: 2144580
Responsável: EDUARDO ALBERTON BENVENUTTI Identificação: RG 822461-7
Outras Informações:

RAMO DE ATIVIDADE:

Código do Ramo	Descrição do Ramo de Atividade
18	ATIVIDADES DE CLINICA MEDICA

DOCUMENTAÇÃO:

Descrição do Documento	Nr. do documento	Data Emissão	Data Validade
ALVARA DE LOCALIZACAO E FUNCIONAMENTO	227/2000	19/04/2000	
BALANÇO PATRIMONIAL	S/N	31/12/2015	30/04/2017
C.N.P.J.	03.747.175/0001-55	12/04/2000	
CERTIDAO NEGATIVA DE DEBITOS DE TRIBUTOS E CONTRIBUICOES FEDERAIS	E053.4933.ACE6..C99	04/04/2017	01/10/2017
CERTIDAO NEGATIVA DE DEBITOS DE TRIBUTOS ESTADUAIS	016134634-21	04/04/2017	02/08/2017
CERTIDAO NEGATIVA DE DEBITOS MUNICIPAIS	0008628/2017	04/04/2017	04/07/2017
CERTIFICADO NEGATIVA DE FALENCIA OU CONCORDATA	S/N	07/04/2017	07/10/2017
CNES - Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde	3252175	01/09/2004	
CONTRATO SOCIAL	0001022/03	30/07/2014	
DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE	S/N	15/05/2017	15/05/2018
DECLARAÇÃO SITUAÇÃO DE REGULARIDADE	S/N	15/05/2017	15/05/2018
F.G.T.S	2017051304484996688606	13/05/2017	11/06/2017
RECUPERAÇÃO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL	S/N	07/04/2017	07/10/2017
Requerimento Credenciamento	S/N	15/05/2017	15/05/2018

Este Certificado obedece o estipulado na Lei 8.666 de 21/06/1993 e atualizações e normas da CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE, e poderá necessitar de documentação complementar conforme solicitado no edital.

Pato Branco, 17 de Maio de 2017

[Handwritten signature]
Ivan Regis Ziem

ANEXO I

MODELO DE REQUERIMENTO PARA INSCRIÇÃO NO CREDENCIAMENTO

Ao Consórcio Intermunicipal de Saúde
Setor de Licitações e Contratos
Pato Branco – PR

O interessado abaixo qualificado requer sua inscrição no
CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS DA ÁREA DE SAÚDE PARA
FORNECIMENTO DE ÓRTESE/PRÓTESE E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
MÉDICOS
AMBULATORIAIS E SERVIÇOS DE APOIO À DIAGNOSE E TERAPIA (SADT)
divulgado pelo **Consórcio Intermunicipal de Saúde – CONIMS**, nos termos
do presente Edital.

Nome: Eduardo Alberton Benvenutti

Telefone: 46 3225 4990 e-mail: clin.clinicas@gmail.com

Endereço Comercial: Rua Tocantins, 2320 Centro.

CEP: 85501-272 Cidade: Pato Branco Estado: PR

C.N.P.J: 03.747.175/0001-55 Estadual: Isento Inscr. Municipal: 2144580

Banco: Uniprime 099 Ag: 4401 Conta Corrente n.º 31114-6

Profissional que executará os serviços: Eduardo Alberton Benvenutti

Nº do conselho da categoria do profissional que executará os serviços:
CRM 5790.

Procedimentos

Código	Descrição
301010072	Consulta médica em atenção especializada

Horários e dias que o prestador disponibilizará para o atendimento aos serviços
Credenciados

Quartas-feiras das 13:00 H às 17:00 H

Quintas-feiras das 13:00 H às 17:00 H

Local(is) onde será(ão) executado(s) o(s) serviço(s):

Na sede do Consórcio Intermunicipal de Saúde

Pato Branco, 15 de Maio de 2017.



Eduardo Alberton Benvenutti

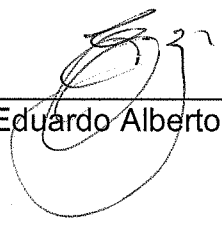
000010
S

ANEXO II
DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

Ao Consórcio Intermunicipal de Saúde
Setor de Licitações e Contratos
Pato Branco – PR

O interessado abaixo qualificado DECLARA para os devidos fins de direito, na qualidade de representante legal e solicitante de cadastramento na área de saúde, que a Clin Clinicas Integradas LTDA não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com o Poder Público em qualquer de suas esferas.

Pato Branco, 15 de Maio de 2017.



Eduardo Alberton Benvenutti

**ANEXO V****DECLARAÇÃO DE SITUAÇÃO DE REGULARIDADE**

Declaramos, para fins de participação no Chamamento Público:

a) A inexistência de fato impeditivo à habilitação nos termos do Art. 32 § 2.º da Lei n.º 8.666/93 e que não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com o Poder Público em qualquer de suas esferas. Comprometemo-nos, sob as penas da Lei, a levar ao conhecimento do CONIMS

qualquer fato superveniente que venha a impossibilitar a habilitação;

b) Aceitar expressamente todas as condições fixadas nos documentos de licitação, e, eventualmente, em seus anexos e suplementos, no que não conflitem com a legislação em vigor;

c) Termos cumpridos com o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;

d) Nos submetemos a qualquer decisão que o CONIMS venha a tomar na escolha da proposta vencedora, obedecidos os critérios estabelecidos na licitação em curso, reconhecendo ainda que não teremos direitos a nenhuma indenização em virtude de anulação ou cancelamento do presente Pregão Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

Pato Branco, 15 de Maio de 2017.



Eduardo Alberton Benvenuti

000012
HSMINISTÉRIO DA SAÚDE
SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE4/4/2017
DATASUS

CNES - CADASTRO NACIONAL DE ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE

IMPRESSÃO DA FICHA REDUZIDA POR COMPETÊNCIA : 02/2017

Identificação				
CADASTRADO NO CNES EM: 1/9/2004 ULTIMA ATUALIZAÇÃO EM: /02/2017				
Nome:		CNES:	CNPJ:	
CLIN CLINICAS INTEGRADAS		3252175	03747175000155	
Nome Empresarial:		CPF:	Personalidade:	
CLIN CLINICAS INTEGRADAS LTDA		--	JURÍDICA	
Logradouro:		Número:		
RUA TOCANTINS 2320		1		
Complemento:	Bairro:	CEP:	Município:	UF:
SALA 703 704	CENTRO	85501272	PATO BRANCO	PR
Tipo Unidade:	Sub Tipo Unidade:	Gestão:	Dependência:	
CONSULTORIO ISOLADO	sem sub tipo	MUNICIPAL	INDIVIDUAL	

PROFISSIONAIS SUS	
Médicos	0
Outros	0

PROFISSIONAIS NÃO SUS	
Total	

Atendimento Prestado	
Tipo de Atendimento:	Convênio:
AMBULATORIAL	PARTICULAR
AMBULATORIAL	PLANO DE SAUDE PRIVADO
Fluxo de Clientela:	

Leitos

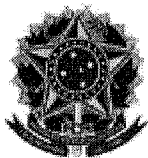
Estabelecimento não possui Leitos Cadastrados

Equipamentos			
EQUIPAMENTOS POR METODOS GRAFICOS			
Equipamento:	Existente:	Em Uso:	SUS:
ELETOENCEFALOGRAFO	1	1	SIM
Resíduos/Rejeitos			
Coleta Seletiva de Rejeito:			
RESIDUOS COMUNS			

Instalações Físicas para Assistência		
AMBULATORIAL		
Instalação:	Qtde./Consultório:	Leitos/Equipos:
CLINICAS ESPECIALIZADAS	1	0
Serviços de Apoio		
Serviço:	Característica:	

Serviços Especializados

Cod.:		Serviço:	Característica:	Ambulatorial:		Hospitalar:	
				Amb.:	SUS:	Hosp.:	SUS:
122	SERVICO DE DIAGNOSTICO POR METODOS GRAFICOS DINAMICOS		PROPRIO	SIM	NÃO	SIM	NÃO
Serviços e Classificação							
Codigo:		Serviço:	Classificação:		Terceiro: CNES:		
122 - 004	SERVICO DE DIAGNOSTICO POR METODOS GRAFICOS DINAMICOS		EXAME ELETROENCEFALOGRAFICO		NÃO		NAO INFORMADO



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

000014

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA
UNIÃO**

Nome: **CLIN-CLINICAS INTEGRADAS LTDA - EPP**

CNPJ: 03.747.175/0001-55

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://www.receita.fazenda.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.fazenda.gov.br>>.

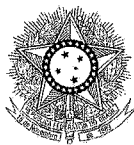
Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 02/10/2014.

Emitida às 09:42:34 do dia 04/04/2017 <hora e data de Brasília>.

Válida até 01/10/2017.

Código de controle da certidão: **E053.4933.ACE6.6C99**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: CLIN-CLINICAS INTEGRADAS LTDA - EPP (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 03.747.175/0001-55

Certidão nº: 128970859/2017

Expedição: 17/05/2017, às 13:15:53

Validade: 12/11/2017 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **CLIN-CLINICAS INTEGRADAS LTDA - EPP (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **03.747.175/0001-55**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.

IMPRIMIR

VOLTAR

000016



Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 03747175/0001-55
Razão Social: CLIN- CLINICAS INTEGRADAS LTDA
Endereço: RUA TOCANTINS 2320 SALA 704 ANDAR 07 / CENTRO / PATO
BRANCO / PR / 85501-010

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 13/05/2017 a 11/06/2017

Certificação Número: 2017051304484996688606

Informação obtida em 15/05/2017, às 11:57:15.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE EMPREGO

Eu, (Nome do (a) profissional) apresento essa declaração de emprego, cargos ou funções, remuneradas sob qualquer forma, ou serviços federais, estaduais, municipais, paraestatais, sociedades de economia mista, forças armadas, entidades privadas, etc...

1. Nome das entidades empregadoras: (empresas onde o profissional trabalha)

a) Consultório particular

b) -----

c) -----

2. Natureza das atividades que exerce: (funções desempenhadas nas empresas citadas nos itens acima)

a) Médico Neurologista

b) -----

c) -----

3. Horários ou compromissos de trabalho: (horário de trabalho nas empresas citadas nos itens acima)

a) Segundas-feiras a sextas-feiras das 09:00 H às 18:00 H, exceto nas quartas-feiras e quintas-feiras das 14:00 H às 18:00 H.

b) -----

c) -----

4. Locais de trabalho: (local de trabalho nas empresas citadas nos itens acima)

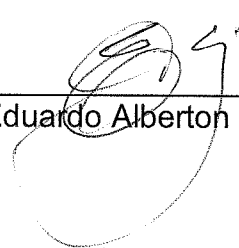
a) Clin Clínicas Integradas – Centro Médico São Lucas, rua Tocantins, 2320 salas 703/704.

b) -----

c) -----

Declaro não exercer nenhum emprego, cargo ou função, além dos acima enumerados, bem como aceitar as normas vigentes como locador de serviços.

Pato Branco, 30 de Março de 2017.



Eduardo Alberton Benvenutti

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DO PARANÁ

POLEGAR DIREITO

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

CALECOMATIA BAMBUIRE

000018
do

NASCIMENTO: 04.10.52

INSCRIÇÃO NO CPF: 20.971.139-69

CONTRIBUINTE: EDUARDO ALBERTO BENVENUTI

Antônio Carlos Pires
SECRETÁRIO DA REDETA FEDERAL

CONFERE COM O ORIGINAL
DATA: 16/05/17
ASS: *Jouberto*



CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

CÉDULA DE IDENTIDADE DE MÉDICO

Documento de Identidade nos termos da Lei nº 6.206/73

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO
ESTADO DO PARANÁ



NOME

EDUARDO ALBERTON
BENVENUTTI

CRM

9790

DATA DE REGISTRO

25/01/1978

RA

1

DATA DE NASCIMENTO

04/10/1952

ASSINATURA DO PORTADOR

FILIAÇÃO

ERASMO FELIX BENVENUTTI

YOLANDA ALBERTON BENVENUTTI

NATURALIDADE

PORTO UNIÃO-SC

RG

022.461-7/SSP-PR

DATA DE EMISSÃO

27/10/1999

TÍTULO DE IDENTIFIC

269783606-98

SEÇÃO

49

CDM

73

CPF

33057113949

LOCAL E DATA DE EMISSÃO

CURITIBA-PR, 02/04/2009

Maguel Maria Louisa
ASSINATURA DO PRESIDENTE

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

000019
[Handwritten signature]

CONFERE COM O ORIGINAL
DATA: 16/05/17
ASS: *[Handwritten signature]*

000020

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

QUINA: sorteios de segunda-feira a sábado, às 14h

019-621690766-6

19/JAN/2017

HORA DE 14:44:44

LOT. 14.13267-8

TERM 020055

LOCALIDADE: PATO BRANCO

AG. VINCULADA: 4594

COMPROVANTE PAGAMENTO DE
BLOQUETO CAIXA

CÓDIGO DO CEDENTE: 247738

NOSSO NÚMERO: 0

DATA DE VENCIMENTO: 31MAR2017

VALOR DO PAGAMENTO: 676,40

1049247735

86991117044

00000579094-1-7115000071200

019-621690766-6

VIA DO CLIENTE

BOLÉTO DE COBRANÇA DA ANUIDADE DE 2017 PF
CONFORME RESOLUÇÃO CFM Nº 2150/2016

- Acesse conteúdo exclusivo
- Participe de fóruns e enquetes
- Utilize o mural de classificados
- Assista aos vídeos da Educação Médica Continuada
- Atualize seus dados com facilidade
- Crie seu Site do Médico
- Os serviços são gratuitos!

Acesse www.crmpr.org.br e cadastre-se!

CAIXA|104-0|

Recibo do Pagador

Beneficiário CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO PARANÁ CNPJ 75060129000194 Rua Victório Viezzer, 84 - Vista Alegre - 80810-340 - Curitiba - PR				Vencimento 31/03/2017
Número do Documento 0000005790		Espécie Doc. OU	Agência/Código do Beneficiário 0374/247738-6	
Carteira RG	Espécie Moeda REAL	Quantidade	Valor	Nosso Número 14991170000005790-5
Instruções (Texto de Responsabilidade do Cedente) ANUIDADE DE 2017 PF - R\$ 712,00 PARA PAGAMENTO ATÉ 31/01/2017 R\$ 676,40 PARA PAGAMENTO ATÉ 28/02/2017 R\$ 690,64 A PARTIR DE 01/04/2017 IMPRIMIR BOLETO NO SITE DO CRM-PR (Multa: 2% + JUROS: 1% AO MÊS) SR. CAIXA: NÃO RECEBER APÓS O VENCIMENTO				(=) Valor do Documento 712,00
				(+) Mora/Multa
				(=) Valor Cobrado

CRM-PR
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO PARANÁ

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO PARANÁ

www.crmpr.org.br

Fone: (41) 3240-4000

Pagador **EDUARDO ALBERTON BENVENUTTI - CPF 32057113949**
RUA TOCANTINS, 2320 - SALA 703/704
85501-272 Pato Branco PR

Código de Baixa

Autenticação Mecânica

SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios)

Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2492

Ouvidoria: 0800 725 7474 - caixa.gov.br

CONFERE COM O ORIGINAL

DATA: 16/05/17

ASS: Joviana



AUTENTICAÇÃO
Autentico a presente fotocópia, por
conferir com a original que me foi
exibido e devolvido a interessada,
a quem dou fé.

Bel. Maunon, 1963, p. 14, fig. 1, 2.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

Diploma de Médico

O Reitor da Universidade Federal do Paraná, no uso de suas atribuições, outorgadas pela Legislação Federal e, tendo em vista o termo de colação de grau de Médico conferido no dia 15 de dezembro de 1977, a **Eduardo Alberton Benvenutti**, natural do Estado de Santa Catarina, nascido em 4 de outubro de 1952, filho de **Erasmo Felix Benvenutti** e de **Yolanda Alberton Benvenutti**, expede o presente diploma, para que possa gozar dos direitos e prerrogativas que, pelas leis brasileiras, são inerentes àquela titulação.

- Curitiba. 15 de dezembro de 1977

Dispendio

FLA85540
Autenticação
Exclusivo
Tabelionato
P. ZEN
13.2/8 (4) 101.001
CNPJ 06.908.248/0001-01
Cidade de São Paulo - SP
Rua dos Apapós, 54
CEP 85501-045 - PATO BRANCO - PR
Fone (46) 3025-5455

AUTENTICAÇÃO

Autentico a presente fotocópia por
conferir com a original que me foi
exibido e devolvido
ao que dou fé.

10 ABR 2008

Telefone (46) 3025-3453
Rua Tapajós, 54
85501-045 - PATO BRANCO - PR

Tabelionato de Notas
Exclusivo para
Autenticação de Cópias
FLA85337

República Federativa do Brasil
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

Certificado de Residência Médica

Certificamos que o Dr. Eduardo Albeton Benvenutti, filho do Sr. e Sra. Felice Benvenutti e Helanda Albeton Benvenutti, natural de Porto União, Estado de Santa Catarina, concluiu seis anos de Residência Médica em Neurologia, no Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Paraná. Esta Residência é reconhecida pela Associação Nacional de Médicos Residentes e de acordo com o Decreto Presidencial n.º 80.281, de 5 de setembro de 1977, constitui modalidade de ensino de Pós-Graduação em nível de Especialização.

Curitiba, 10 de janeiro de 1980

[Assinatura]
Reitor da UFRP

[Assinatura]
Diretor do Setor de Clínicas de Curitiba

Diretor Geral da UFRP

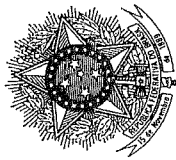
[Assinatura]
Diretor do Curso de Medicina

[Assinatura]
Médico Residente

[Assinatura]
Diretor de Departamento



000022



CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

CERTIFICADO

TÍTULO DE ESPECIALISTA

REVALIDAÇÃO DEFINITIVA

Resolução CFM n.º 1.249/88

Curitiba,/...../.....

Cons.^a SOLANGE BORBA GILDEMEISTER

Presidente da Comissão

O Conselho Regional de Medicina do Estado do Paraná

de acordo com a Resolução CFM n.º 734/76, certifica que registrou no
livro n.º 003 às folhas 1020

sob o n.º 1020 PROCESSO 14630/83

Dr.: EDUARDO ALBERTON BENVENUTTI

na especialidade de NEUROLOGIA

com validade até 1.989

Curitiba, 28 de JANEIRO de 1984

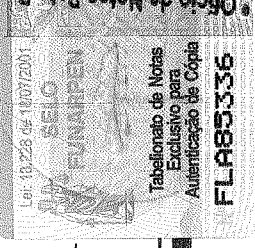
AUTENTICAÇÃO
Autentico a presente fotocópia, por
conferir com a original que me foi
exibido e devolvido a interessada
ao que dou fé.

10 ABR 2017

SECRETÁRIO

Bel. Maurício Ap. de Andrade
Notário

1.º Ofício de Notas Patro Pranco
R. Tapajós, 54
CEP 85504-045 - PATO BRANCO - PR
Fone (46) 3025-5455



PRESIDENTE

CONTA

FONE SANEPAR: 0800-200-0115

NOME DO CLIENTE		MATRÍCULA	
EDUARDO ALBERTON BENVENUTI		0809.0050	
ENDEREÇO		NÚMERO	Nº LADO - Nº FRENTE
R AMORE		664	682
QD 0052 LT 03			
CEP	LOCAL		
85.501-296	PATO BRANCO		

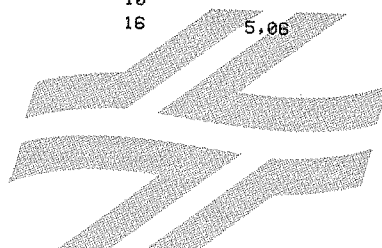
ROTEIRO DE LEITURA	HIDRÔMETRO	CAT - RES - COM - IND - UTP - POP
195-16-08-195-26700	312N151592-4-1	011 001

QUALIDADE DA ÁGUA DISTRIBUÍDA	Turbidez	Cor	Cloro	Flor	Coli. Totais	Definições no verso
Nº Mínimo de Amostras Exigidas	76	19	76	-	76	
Nº Amostras Realizadas	76	76	76	23	80	
Nº Amostras que Atenderam à Legislação	76	76	76	23	80	

 Conclusão: **TODAS AS AMOSTRAS ATENDERAM A LEGISLAÇÃO**

HISTÓRICO DE PAGAMENTOS - CONDICIONADO AS OBSERVAÇÕES CONSTANTES NO VERSO												
Ano	Jan	Fev	Mar	Abr	Maio	Jun	Jul	Ago	Sep	Out	Nov	Dez
2016	PAGO	PAGO	PAGO	PAGO	PAGO	PAGO	PAGO	PAGO	PAGO	PAGO	PAGO	PAGO
2017	PAGO	PAGO	PAGO	---	---	---	---	---	---	---	---	---
FAIXAS DE CONSUMO												

FAIXAS DE CONSUMO	VOLUME	VALOR M3/R\$	TOTAIS
RES Mínimo	10		ESGOTO
De 11 a 30m3	16	5,06	33,74
			26,99
			80,96
			64,77



TRIBUTOS FEDERAIS - LEI 12.741 - VALOR APROXIMADO R\$ 18,54

HISTÓRICO DE CONSUMO/m3												
05/16	06/16	07/16	08/16	09/16	10/16	11/16	12/16	01/17	02/17	03/17		
A	29	24	26	21	26	23	22	A	27	19		
DIAS DE CONSUMO	DATA LEITURA	LEITURA ANTERIOR	LEITURA ATUAL	CONSUMO/m3	REFERÊNCIA							
33	26/04/2017	1395	1421	26	04/2017							
MOTIVO DA AUSÊNCIA DE LEITURA		MÉDIA DE CONSUMO/m3 ÚLTIMOS 6 MESES		VENCIMENTO								
		22		08/05/2017								
PREVISÃO PRÓXIMA LEITURA	ÁGUA	ESGOTO	SERVIÇOS	TOTAL								
25/05/2017	114,70	91,76		206,46								

 BAIXE O SANEPAR MOBILE - GOOGLE PLAY OU APP STORE.
 RELATÓRIO DA QUALIDADE DA ÁGUA: WWW.SANEPAR.COM.BR

AUTENTICAÇÃO NO VERSO

OBSERVAÇÕES NO VERSO

COMPROVANTE CLIENTE

AVISO DE VENCIMENTO - VALOR A SER DEBITADO
EM SUA C/C - NÃO VALE COMO RECIBO

ROTEIRO: 195-16-08-195-26700



AUTENTICAÇÃO NO VERSO

MATRÍCULA	REFERÊNCIA	VENCIMENTO	VALOR TOTAL
0809.0050	04/2017	08/05/2017	206,46

COMPROVANTE SANEPAR

JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
N.º 017/2017

O **Consórcio Intermunicipal de Saúde**, entidade pública e sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob n.º 00.136.858/0001-88, situada à Rua Afonso Pena, n.º 1902, Pato Branco - PR, vem justificar a Inexigibilidade de Licitação para credenciamento de pessoas jurídicas da área de saúde para prestação de serviços médicos, conforme segue **amparada pelo artigo 25, caput da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1.993**:

1. CONTRATADA

Clin-Clinicas Integradas Ltda - EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob n.º 03.747.175/0001-55 com sede na Rua Tocantins, n.º 2320, Centro, na cidade de Pato Branco-PR, CEP 85501-272, neste ato representado por Eduardo Alberton Benvenutti, portador do RG n.º 822.461-7 SSP-PR e CPF n.º 320.571.139-49.

2. OBJETO

CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS DA ÁREA DE SAÚDE PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS AMBULATORIAIS E SERVIÇOS DE APOIO À DIAGNOSE E TERAPIA (SADT), destinado ao atendimento aos usuários oriundos dos municípios consorciados ao CONIMS, conforme segue:

3.

GRUPO A	
CONSULTAS ESPECIALIZADAS	
CÓDIGO	NOME
301010072	CONSULTA MÉDICA EM ATENÇÃO ESPECIALIZADA

4. VALOR E ORÇAMENTO

4.1. A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA os valores unitários constantes na Tabela de Chamamento Público n.º 003/2015.

4.2. As despesas geradas em função da aquisição do objeto do presente contrato correrão por conta das dotações orçamentárias previstas sob códigos n.º **02.01.10.302.0002.2.002.3.3.90.39.00.00.00.00** – **Fontes 1076 e 1000.**

[Handwritten signature]

5. VIGÊNCIA

5.1. O prazo de vigência do Contrato será de 14 (quatorze) meses, contados a partir de sua assinatura, prazo suficiente para quitação dos pagamentos.

5.2. O prazo de vigência para execução dos serviços será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado mediante assinatura de Termo Aditivo entre as partes, mantido os direitos, obrigações e responsabilidades contratuais, sendo que qualquer prorrogação deverá ser solicitada no prazo de vigência do contrato, com justificativa por escrito, nos termos do art.57§§ 1º e 2º, da Lei 8.666/93.

6. FATURAMENTO E PAGAMENTO


6.1. Para efeito de faturamento e pagamento, a competência inicia-se no dia 25 do mês anterior e vai até o dia 24 do mês relativo à competência.

6.2. Os serviços efetivamente prestados pela Contratada deverão ser apresentados, através da produção no Sistema, sendo que os pagamentos serão realizados até o dia 30 do mês posterior ao da data descrita na nota fiscal.

7. JUSTIFICATIVA

7.1. Justifica-se a inexigibilidade pela inexistência de concorrência, prevista no art. 25, *caput* da Lei n.º 8.666/93 devido aos valores da tabela oriunda do processo de Chamamento Público n.º 003/2015 promovido pelo CONIMS, publicada em 21 de novembro de 2015.

Pato Branco, 17 de maio de 2017.


Cacilda Aparecida dos Santos
Presidente da Comissão de Licitação

ESTADO DO PARANÁ**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE**

000027

CNPJ: 00.136.858/0001-88

AFONSO PENA, 1902, CEP 85501-530

C.E.P.: 85501-530 - Pato Branco - PR

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Nr.: 17/2017 - IL

Processo Administrativo: 45/2017

Processo de Licitação: 45/2017

Data do Processo: 17/05/2017

Folha: 1/1

ATA DE REUNIÃO DE ABERTURA E JULGAMENTO DE PROCESSO LICITATÓRIO**OBJETO DA LICITAÇÃO:**

CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS DA ÁREA DE SAÚDE PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS AMBULATORIAIS E SERVIÇOS DE APOIO À DIAGNOSE E TERAPIA (SADT).

Ao(s) 17 de Maio de 2017, às 13:00 horas, na sede da(o) CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Ato de Consórcio nº 136/2016, para analisarem as documentações e as propostas recebidas ref. ao Processo Licitatório nº 45/2017, Licitação nº 17/2017 - IL, na modalidade de Inexigibilidade de Licitação.

Após análise, a comissão emitiu o seguinte parecer:

Parecer da Comissão:


Justifica-se a inexigibilidade pela inexistência de concorrência, prevista no art. 25, caput da Lei n.º 8.666/93 devido aos valores da tabela oriunda do processo de Chamamento Público n.º 003/2015 promovido pelo CONIMS, publicada em 21 de novembro de 2015.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação e pelos representantes das proponentes.

Pato Branco, 17 de Maio de 2017

COMISSÃO:

Cacilda Aparecida Santos



- Presidente da Comissão de Licitação

Sandra Fim



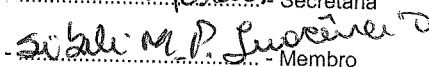
- Vice - Presidente

Marlusa Picinin Moraes

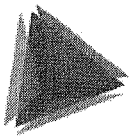


- Secretária

Sibele Maria Piazza Inocencio



- Membro

000029
J**TCEPR**
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Consulta de Impedidos de Licitar

Pesquisa Impedidos de Licitar

Fornecedor		
Tipo documento	CNPJ ▼	Número documento
		0374717500155
Nome	Clin-Clinicas Integradas Ltda	
Período publicação : de		até
Data de Início Impedimento: de		até
Data de Fim Impedimento: de		até

Pesquisar

NENHUM ITEM ENCONTRADO!

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE – CONIMS
RUA AFONSO PENA Nº 1902, ANCHIETA, CEP 85.501.530.
PATO BRANCO – PARANÁ

PARECER JURÍDICO nº 79/2017

PROCESSO 045/2017 – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 017/2017

I - EMENTA

Direito administrativo. Contratação. Inexigibilidade de Licitação. Credenciamento de Pessoas Jurídicas da área de saúde para prestação de serviços médicos ambulatoriais e serviços de apoio à diagnose e terapia (SADT).

II – DOS FATOS

Trata o presente de consulta elaborada pelo setor de Licitação, onde o mesmo requer a elaboração de parecer jurídico final no processo de inexigibilidade de licitação nº 017/2017 com o intuito de homologação do certame.

III- RELATÓRIO

Para exame e parecer dessa Assessoria Jurídica, o setor de Licitações, encaminhou o processo de inexigibilidade 016/2017, que versa sobre o Credenciamento de Pessoas Jurídicas da área de saúde para prestação de serviços médicos ambulatoriais e serviços de apoio à diagnose e terapia (SADT), visando à contratação de **Clin - Clinicas Integradas Ltda EPP**.

O consulente requer manifestação jurídica acerca da regularidade do processo de inexigibilidade, com o fim de homologação do certame.

Constam desse processo administrativo, dentre outros, os seguintes documentos:

- 01) Solicitação de materiais e/ou execução de obras/serviços – fl. 02.
- 02) Solicitação de Abertura de Licitação – fl. 03.
- 03) Autorização para abertura de processo administrativo de licitação – fl. 04.

- 04) Ato do Gestor – fl. 05.
- 05) Parecer Contábil – fls. 06/07.
- 06) Certificado de registro cadastral nº 04 - fls. 08/23.
- 07) Justificativa de Inexigibilidade nº 016/2017 – fls 24/25.
- 08) Ata de Reunião de Abertura e Julgamento de Processo Licitatório – fls 26/27.

IV– DO PARECER

Cumprе destacar que o presente parecer visará ao exame da conformidade dos atos praticados com a lei (lei 8.666/93) e o edital.;

Dessa forma, concluindo-se pela homologação da presente inexigibilidade, esse parecer restringir-se-á tão-somente ao plano da legalidade, cabendo à autoridade competente deliberar acerca da conveniência e oportunidade da homologação.


No mérito, houve a escolha pela inexigibilidade de licitação, sendo usado o credenciamento, o qual é hipótese autorizadora da inexigibilidade, obedecendo assim, nesse ponto, os aspectos da legalidade.

No que tange as exigências legais para a contratação essas também foram observadas regularmente. Após, a análise dos presentes autos de inexigibilidade, observa-se também, que a documentação está em ordem e que as disposições legais previstas para a inexigibilidade foram cumpridas e que a proposta é vantajosa para o CONIMS.

V – CONCLUSÃO

Diante do exposto, s.m.j., com base nas razões de fato e de direito narradas, este procurador se manifesta, no que tange ao plano de legalidade, pelo prosseguimento do feito, desde que observadas às determinações legais pertinentes, em especial a vedação constante no artigo 9º, da Lei 8.666/93, com o credenciamento/contratação, e, caso a autoridade competente entender conveniente, pode homologar o presente credenciamento.

Pato Branco, 18 de Maio de 2017.


Maria Cecília Soares Vannucchi
OAB/PR 35.313

ESTADO DO PARANÁ
CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE

000031

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Nr.: 17/2017 - IL

CNPJ: 00.136.858/0001-88

AFONSO PENA, 1902, CEP 85501-530

C.E.P.: 85501-530 - Pato Branco - PR

Processo Nr.: 45/2017

Data: 17/05/2017

Folha: 1/2

Fornecedor: CLIN - CLÍNICAS INTEGRADAS LTDA.

Código: 417

Endereço: Rua TOCANTINS, 2320

Cidade: Pato Branco - PR

CNPJ: 03.747.175/0001-55

Inscrição Estadual:

ISENTA

Objeto da Compra: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS DA ÁREA DE SAÚDE PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS AMBULATORIAIS E SERVIÇOS DE APOIO À DIAGNOSE E TERAPIA (SADT).

ITENS

Item	Quantidade	Unid.	Especificação
1	2.000,00	UND	0301010072 - Consulta Médica em Atenção Especializada. (12-01-0908)

FUNDAMENTO LEGAL:

Artigo 25 da Lei 8.666/93 - É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição.

CAPUT - É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição.

JUSTIFICATIVA

Justifica-se a inexigibilidade pela inexistência de concorrência, prevista no art. 25, caput da Lei n.º 8.666/93 devido aos valores da tabela oriunda do processo de Chamamento Público n.º 003/2015 promovido pelo CONIMS, publicada em 21 de novembro de 2015.

RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:

As proponentes interessadas atenderam todas as exigências estabelecidas no Edital do processo de Chamamento Público n.º 003/2015.

Pato Branco, 17 de Maio de 2017

Ivan Regis Ziem

CNPJ: 00.136.858/0001-88
AFONSO PENA, 1902, CEP 85501-530
C.E.P.: 85501-530 - Pato Branco - PR

Processo Nr.: 45/2017
Data: 17/05/2017

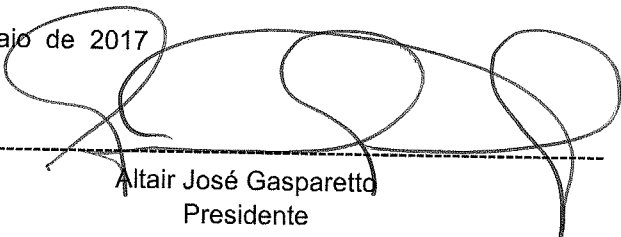
Folha: 2/2

18/05/2017

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Inexigibilidade de Licitação, em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

Pato Branco, 18 de Maio de 2017



Altair José Gasparetto
Presidente

Valor da Despesa:

73.340,00 (setenta e três mil trezentos e quarenta reais)

Pagamento.....:

Até o dia 30 posterior a NF



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE – CONIMS
RUA AFONSO PENA Nº 1902, ANCHIETA, CEP 85.501.530.
PATO BRANCO – PARANÁ

PARECER JURÍDICO INICIAL nº 79/2017
PROCESSO 045/2017 – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 017/2017

I - EMENTA

Direito administrativo. Contratação. Inexigibilidade de Licitação. Credenciamento de Pessoas Jurídicas da área de saúde para prestação de serviços médicos ambulatoriais e serviços de apoio à diagnose e terapia (SADT).

II– DOS FATOS

Trata o presente de consulta elaborada pelo Setor de licitações, onde o mesmo requer a elaboração de parecer jurídico relativo à regularidade do processo de inexigibilidade de licitação, visando à contratação de **Clin - Clinicas Integradas Ltda EPP**.

III- RELATÓRIO

Versam os presentes autos sobre a inexigibilidade de licitação nº 017/2017, cujo objeto é o Credenciamento de Pessoas Jurídicas da área de saúde para prestação de serviços médicos ambulatoriais e serviços de apoio à diagnose e terapia (SADT).

Constam desse processo administrativo, dentre outros, os seguintes documentos:

- 01) Solicitação de materiais e/ou execução de obras/serviços – fl. 02.
- 02) Solicitação de Abertura de Licitação – fl. 03.
- 03) Autorização para abertura de processo administrativo de licitação – fl. 04.
- 04) Ato do Gestor – fl. 05.
- 05) Parecer Contábil – fls. 06/07.
- 06) Certificado de registro cadastral nº 04 - fls. 08/23.
- 07) Justificativa de Inexigibilidade nº 016/2017 – fls 24/25.
- 08) Ata de Reunião de Abertura e Julgamento de Processo Licitatório – fls 26/27.

É o relatório.

IV– DO PARECER

Os autos vieram à análise desse órgão jurídico com vistas ao exame da regularidade do ato de inexigibilidade de licitação.

Oportuno ressaltar, inicialmente, que o presente exame jurídico considera exclusivamente os elementos constantes nos autos do processo administrativo em análise, e tem natureza estritamente jurídica, sem imiscuir-se na conveniência e na oportunidade dos atos administrativos praticados pelo CONIMS.

O presente processo administrativo trata de Credenciamento de Pessoas Jurídicas da área de saúde para prestação de serviços médicos ambulatoriais e serviços de apoio à diagnose e terapia (SADT), que foi objeto do Chamamento Público nº003/2015.

Cumprе analisar primeiramente os aspectos de legalidade que autorizam a presente inexigibilidade. Vejamos:

A realização de licitação é regra para a Administração Pública. Contudo, a Lei nº 8.666/93, prevê exceções à regra geral, permitindo a contratação direta mediante dispensa ou inexigibilidade de licitação. Esta disposição encontra-se consagrada no art. 25 da lei 8.666/93:

*Art. 25. É inexigível a licitação quando houver **inviabilidade de competição**, em especial: (grifos nossos).*

A doutrina pátria também trata dos casos em que a lei autoriza a inexigibilidade da licitação, vejamos o posicionamento José Maria Pinheiro Madeira e Cleyson de Moraes Mello:





"A licitação está sujeita a outros fatores que não exclusivamente a vontade estatal. O contrato administrativo caracteriza uma vontade correspondente da Administração Pública e do Setor Privado. A partir do ato convocatório a Administração pública sai de ação e espera de receber opções da iniciativa privada, para que possa, deste modo, escolher a alternativa que melhor atenda ao interesse público.

A licitação é inviável quando:

- não há correspondência entre o interesse público e o interesse privado;*
- não há mais de uma alternativa que atenda o objeto contratual pretendido pela Administração;*
- **houver contratação por todos, uma das formas de pré-qualificação.** (Madeira, José Maria Pinheiro – Lei n. 8.666/93/José Maria Pinheiro Madeira, Cleyson de Moraes Mello. – Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 214, pg.551)".(grifos nossos)*

Consoante demonstrado na doutrina acima nota-se que é perfeitamente cabível no processo em análise a inexigibilidade de licitação, pois o credenciamento é sua hipótese autorizadora.

No âmbito do Estado do Paraná, o credenciamento é regido pela Lei Estadual nº 15.608/2007, que estabelece normas sobre licitações, contratos administrativos e convênios, nos seguintes termos:

"Do Credenciamento

Art. 24. *Credenciamento é ato administrativo de chamamento público, processado por edital, destinado à contratação de serviços junto àqueles que satisfaçam os requisitos definidos pela Administração, observado o prazo de publicidade de no mínimo 15 (quinze) dias úteis e no máximo de 30 (trinta) dias úteis.*

Parágrafo único. *A Administração Estadual poderá adotar o credenciamento para situações em que o mesmo objeto possa ser realizado simultaneamente por diversos contratados.*

Art. 25. *O processo de credenciamento deve ser autorizado pela autoridade competente, ser processado mediante a elaboração de edital pelo órgão público interessado e atender aos seguintes requisitos:*

- I - explicitação do objeto a ser contratado;*
- II - fixação de critérios e exigências mínimas à participação dos interessados;*
- III - possibilidade de credenciamento a qualquer tempo pelo interessado, pessoa física ou jurídica;*

IV - manutenção de tabela de preços dos diversos serviços a serem prestados, dos critérios de reajustamento e das condições e prazos para o pagamento dos serviços;

V - rotatividade entre todos os credenciados, sempre excluída a vontade da Administração na determinação da demanda por credenciado;

VI - vedação expressa de pagamento de qualquer sobretaxa em relação à tabela adotada;

VII - estabelecimento das hipóteses de descredenciamento, assegurados o contraditório e a ampla defesa;

VIII - possibilidade de rescisão do ajuste, pelo credenciado, a qualquer tempo, mediante notificação à Administração com a antecedência fixada no termo;

IX - previsão de os usuários denunciarem irregularidade na prestação dos serviços e/ou no faturamento.

§ 1º. *A convocação dos interessados deverá ser feita mediante publicação na forma do §1º do art.26.*

§ 2º. *O pagamento dos credenciados será realizado de acordo com a demanda, tendo por base o valor pré-definido pela Administração, a qual pode utilizar-se de tabelas de referência."*

Sobre o tema, leciona Jorge Ulisses Jacoby Fernandes:

*"Se a administração convoca todos os profissionais de determinado setor, dispondo-se a contratar todos os que tiverem interesse e que satisfaçam os requisitos estabelecidos, fixando ela própria o valor que se dispõe a pagar, os possíveis licitantes não competirão, no estrito sentido da palavra, inviabilizando a competição, uma vez que a todos foi assegurada a contratação. **É a figura do credenciamento, que o Tribunal de Contas vem recomendando para a contratação de serviços médicos, jurídicos e de treinamento.** (Jacoby Fernandes, Jorge Ulisses. Licitação e Contatos administrativos e outras normas pertinentes. 13.ed. Belo horizonte: Fórum, 2012, p.44).(grifos nossos).*

Nesse mesmo sentido, cumpre destacar decisão do Plenário do Tribunal de Contas da União prolatada no processo 016.171/94:

*"Finalizando, constatamos ter ficado devidamente esclarecido no processo TC 008.797/93-5 **que o sistema de credenciamento, quando realizado com a devida***

cautela, assegurando tratamento isonômico aos interessados na prestação dos serviços e negociando-se as condições de atendimento, obtém-se uma melhor qualidade dos serviços além do menor preço, podendo ser adotado sem licitação amparado no art. 25 da Lei 8.666/93.” (Decisão nº 104/1995 – Plenário) (grifos nossos).

Portanto, o credenciamento constitui fundamento autorizador da inexigibilidade, frente à inviabilidade de competição para a contratação de todos os interessados que preencham as condições do chamamento.

Conclui-se, assim, que é perfeitamente possível no caso em análise a inexigibilidade de licitação.

O cumprimento das exigências constantes do respectivo Chamamento Público e de habilitação da Empresa e dos médicos que irão desempenhar as atividades ora contratadas é de incumbência do órgão solicitante.

V – CONCLUSÃO

Diante do exposto, s.m.j., com base nas razões de fato e de direito narradas, esse parecerista se manifesta pelo prosseguimento do feito, desde que observadas às determinações legais pertinentes, em especial as vedações constantes no artigo 9º da Lei 8.666/93, com o credenciamento/contratação, por inexigibilidade de licitação, da empresa habilitada, conforme justificativa de fls. 24/25.

Pato Branco, 18 de Maio de 2017.


Maria Cecília Soares Vannucchi
OAB/PR 35.313

TERMO DE RATIFICAÇÃO DO PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 017/2017

Nos fundamentado art. 25, "caput" da Lei de Licitações, **RATIFICO** a PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, visando O CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS DA ÁREA DE SAÚDE PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS AMBULATORIAIS E SERVIÇOS DE APOIO À DIAGNOSE E TERAPIA (SADT), destinados a atender os usuários oriundos dos municípios consorciados ao CONIMS, conforme segue:

Valor Global: R\$ 73.340,00

Dotação: 02.01.10.302.0002.2.002.3.3.90.39.00.00.00.00 - Fontes 1076 e 1000.

Data: 18.05.2017

Altair Jose Gasparetto
Presidente

ESTADO DO PARANÁ
CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE

CNPJ: 00.136.858/0001-88

AFONSO PENA, 1902, CEP 85501-530

C.E.P.: 85501-530 - Pato Branco - PR

000039


INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Nr.: 17/2017 - IL

Processo Administrativo: 45/2017

Processo de Licitação: 45/2017

Data do Processo: 17/05/2017

Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Presidente, Altair José Gasparetto, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Nr.: 45/2017

b) Licitação Nr.: 17/2017-IL

c) Modalidade: Inexigibilidade de Licitação

d) Data Homologação: 18/05/2017

e) Data da Adjudicação: Sequência: 0

f) Objeto da Licitação CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS DA ÁREA DE SAÚDE PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS AMBULATORIAIS E SERVIÇOS DE APOIO À DIAGNOSE E TERAPIA (SADT).

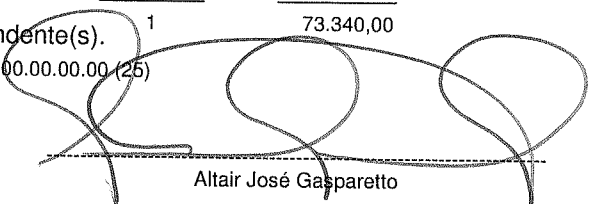
g) Fornecedores e Itens Vencedores:

- 000417 - CLIN - CLÍNICAS INTEGRADAS LTDA.

(em Reais R\$)	
Qtde de Itens	Total dos Itens
1	73.340,00
1	73.340,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.002.3.3.90.39.00.00.00.00 (24), 2.002.3.3.90.39.00.00.00.00 (25)


Altair José Gasparetto

000040

DIÁRIO DO SUDOESTE

Publicações Legais

Caderno Integrante da Edição Nº 6892 | Pato Branco, 20 e 21 de maio de 2017

Este espaço é destinado à publicação de editais públicos ou privados que tem como finalidade tornar público as informações a cerca dos atos e fatos ocorridos, dando transparência as ações dos órgãos públicos e das empresas. Os leitores podem acompanhar nos editais toda e qualquer medida adotada pelas prefeituras, câmaras municipais, empresas de economia mista, autarquias, entidades, associações, instituições, empresas e outras denominações que tenham a necessidade de tornar públicos seus atos.

Página 1 de 2

ATA DE REUNIÃO DE SÓCIOS

CONSTRUTORA E INCORPORADORA CAMOZZATO LTDA.

NIRE Nº 412 0714408 1
CNPJ/MF. Nº 14.130.732/0001-00

Ans 10 (dez) dias do mês de maio de 2017, às 10:00 horas, na sala de reuniões do LUX HOTEL na Rua Araribóia nº 68 nesta Cidade de Pato Branco/PR, reuniram-se a maioria Absoluta dos sócios da Empresa CONSTRUTORA E INCORPORADORA CAMOZZATO LTDA, inscrita no CNPJ/MF. nº 14.130.732/0001-00, com sede e foro na Rua Araribóia nº 68 sala 02 na Cidade de Pato Branco, Estado do Paraná, todos convocados para esta reunião com antecedência de 30 (trinta) dias, embora todos tenham sido convocados, a Sra. SINDONE JAQUELINE MATOSO, não se fez presente, justificando sua ausência, pelo previsto na Cláusula Décima Segunda da Consolidação Contratual da Pessoa Jurídica de Construção Civil da ANM, Junta Comercial do Estado do Paraná sob nº 20145958345 em 19 de novembro de 2014, in verbis:

"Cláusula Décima Segunda: As deliberações sociais, ainda que implicarem em alteração estatutária, poderão ser tomadas por decisão unânime e maioria absoluta do Capital Social, cabendo a direção da reunião ao sócio que tiver a distribuição tomada pela maioria."

Se fizeram presentes os sócios HELENA COPPETTI CAMOZZATO, LEONARDO CAMOZZATO, ANTONIO CAMOZZATO MELO, ALCIR CAMOZZATO e ADEMIR JOSE GHELLER, reunião presidida pelo Sócios Majoritários SRA HELENA COPPETTI CAMOZZATO e secretariado pelo Sócios LEONARDO CAMOZZATO, a Presidente da mesa, colocou em discussão a pauta do dia, Redução do Capital da Empresa, que por maioria absoluta dos sócios foi aprovada a redução do Capital Social da Sociedade que era de R\$ 11.000.000,00 (Onze

Página 2 de 2

ATA DE REUNIÃO DE SÓCIOS

CONSTRUTORA E INCORPORADORA CAMOZZATO LTDA.

NIRE Nº 412 0714408 1
CNPJ/MF. Nº 14.130.732/0001-00

milhões de reais) por esse valor excessivo em relação ao objeto da Sociedade, reduzida, para R\$ 2.880.088,00 (Dois milhões, oitocentos e oitenta mil e oitenta e oito reais), consoante o inciso II do artigo 1.082 do Código Civil, in verbis:

"Artigo 1.082. Pode a sociedade reduzir o capital mediante correspondente modificação do contrato.

II - Se sucessivo em relação ao objeto da Sociedade.

A Sra. HELENA COPPETTI CAMOZZATO, sócia majoritária, encorreu a Reunião, atendendo que se lavrasse a presente ATA, datada e assinada pelos sócios presentes e publicada; cópia fiel do livro de Atas.

Pato Branco/PR, 10 de maio de 2017.

HELENA COPPETTI CAMOZZATO
LEONARDO CAMOZZATO
ANTONIO CAMOZZATO MELO
ALCIR CAMOZZATO
ADEMIR JOSE GHELLER



ATO DO GESTOR

Resolução Nº 088 de 19 de maio de 2017.

Assunto: Conceder licença, pela prestação de serviço fora do domicílio, ao Presidente do Consórcio Inter municipal de Saúde - CONIMS, Senhor Altair José Gasparetto, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto Social e pelo Contrato do Consórcio Público etc.. O inteiro teor desse instrumento encontra-se publicado no seguinte endereço eletrônico: www.conims.com.br

Pato Branco/PR, 19 de maio de 2017.

Altair José Gasparetto
Presidente do CONIMS



ATO DO GESTOR

Resolução Nº 081 de 19 de maio de 2017

Dispõe sobre a contratação de Dalci Trifunski para exercer o Emprego de Auxiliar de Serviços Gerais e das outras providências.
O Presidente do Consórcio Inter municipal de Saúde - CONIMS, Senhor Altair José Gasparetto, no uso das atribuições...
O inteiro teor desse instrumento encontra-se publicado no seguinte endereço eletrônico www.conims.com.br <http://www.diariomunicipal.com.br/amp/>.

ATO DO GESTOR

Resolução Nº 082 de 19 de maio de 2017

Dispõe sobre a contratação de Edineia Cavaleiro da Silva para exercer o Emprego de Agente Administrativo e das outras providências.
O Presidente do Consórcio Inter municipal de Saúde - CONIMS, Senhor Altair José Gasparetto, no uso das atribuições...
O inteiro teor desse instrumento encontra-se publicado no seguinte endereço eletrônico www.conims.com.br <http://www.diariomunicipal.com.br/amp/>.

Pato Branco, 317 - Pato Branco/PR - CEP: 85.901-437 - Telefone: (41) 3313-3550 - Fax: (41) 3313-3555
E-mail: conims@conims.com.br - C.N.P.J.: 00.130.858/0001-00 - Inscr. Est.: Isenta



ESTADO DO PARANÁ
CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE

CNPJ: 00.130.858/0001-00
AFONSO PENA, 1902, CEP 85001-530
C.E.R.: 85001-530 - Pato Branco/PR

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 172017

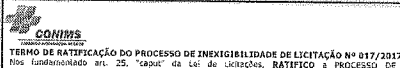
A Comissão Especial de Pregão, do Consórcio Inter municipal de Saúde, no uso das atribuições que lhe confere o art. 1º da Lei nº 12.247/2010, de 06/03/2017, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar no dia 19/05/2017, às 10:00 horas, no endereço: AFONSO PENA, 1902, CEP 85001-530, Pato Branco/PR, a seleção de recebimento e abertura das documentação e propostas, conforme especificado no Edital de Licitação Nº 167017-PR no modalidade PREGÃO PRESENCIAL.

Informamos que a licitação encontra-se disponível no endereço supra citado.

OBJETO DE LICITAÇÃO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE UNIFORMES E CONFECÇÕES EM GERAL.

Pato Branco, 17 de Maio de 2017.

Christa Aguiar Santos



TERMO DE RATIFICAÇÃO DO PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 017/2017

Nos fundamentos do art. 25, "caput", da Lei de Licitações, RATIFICO o PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, visando o CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS DA ÁREA DE SAÚDE PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS AMBULATORIAIS E SERVIÇOS DE APOIO À DIAGNÓSE E TERAPIA (SAOT), destinados a atender os usuários e atendidos dos municípios associados ao CONIMS, conforme segue:

Valor Global: R\$ 75.340,00
Data: 02.01.10.302.0002.2.002.3.30.30.30.00.00.00 - Fontes 1976 e 1003.
Data: 16.05.2017

Altair José Gasparetto
Presidente



Ata da Reunião do Conselho Deliberativo

01/2017

Reunião Extraordinária

Aos vinte e oito dias do mês de abril de dois mil e dezessete, às nove horas, na Sede do Consórcio Inter municipal de Saúde - CONIMS, situado na Rua Afonso Pena, 1902, Bairro Anchieta, no Município de Pato Branco, reuniram-se, o Conselho Deliberativo do CONIMS, conforme relação ao final, sendo que os que fazem parte representam estão amparados por procuração específica para o ato. A convocação foi através do Edital nº 01/2017, publicado no Jornal Diário do Sudoeste, no dia 28 de abril de 2017, no caderno de Publicações Legais, Página B19, edição nº 6876 e encaminhada a todos os membros do Conselho Deliberativo. O inteiro teor desse instrumento encontra-se publicado no seguinte endereço eletrônico: www.conims.com.br <http://www.diariomunicipal.com.br/amp/>.

Conselho de Secretários Municipais de Saúde

Ata 03/2017

1. Aos dezesseis do mês de abril de dois mil e dezessete, às quatorze horas, nas dependências do Consórcio Inter municipal de Saúde de Pato Branco, Município de Pato Branco/PR, reuniram-se o Conselho de Secretários Municipais de Saúde do Consórcio Inter municipal de Saúde. A convocação foi realizada através do Edital Nº. 03/2017, publicado no Jornal Diário do Sudoeste, referente ao dia treze de abril de dois mil e dezessete, no caderno de Publicações Legais, pág. B2, Ed. 6867. O inteiro teor desse instrumento encontra-se publicado no seguinte endereço eletrônico: www.conims.com.br <http://www.diariomunicipal.com.br/amp/>.



ESTADO DO PARANÁ
CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE

CNPJ: 00.130.858/0001-00
AFONSO PENA, 1902, CEP 85001-530
C.E.R.: 85001-530 - Pato Branco/PR

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATORIO

Onde Presença: Altair José Gasparetto, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto Social e pelo Contrato do Consórcio Público etc.. O inteiro teor desse instrumento encontra-se publicado no seguinte endereço eletrônico: www.conims.com.br <http://www.diariomunicipal.com.br/amp/>.

01 - HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Nº: 452017

b) Licitação Nº: 172017-IL

c) Modalidade: Inexigibilidade de Licitação

d) Data Homologação: 18/05/2017

e) Data da Licitação: 18/05/2017

f) Objeto da Licitação: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS DA ÁREA DE SAÚDE PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS AMBULATORIAIS E SERVIÇOS DE APOIO À DIAGNÓSE E TERAPIA (SAOT).

g) Fornecedores e Bares Vencedores:

01 - Autorizar a emissão (des)contas do empreiteiro CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE.

02 - Autorizar a emissão (des)contas do empreiteiro CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE.

Data: 18/05/2017

Altair José Gasparetto

MUNICÍPIO DE CLEVELÂNDIA

PORTARIA Nº 264/2017

SUMÁRIO: Determina horário de trabalho para os servidores públicos lotados na Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

ADEMIR JOSE GHELLER, Prefeito Municipal de Clevelândia, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Determinar que a partir da 22 de maio de 2017, o horário de trabalho dos servidores públicos municipais lotados na Secretaria Municipal de Meio Ambiente, será das 08h às 12h e das 13h às 17h, de segunda a sexta-feira.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CLEVELÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, EM 19 DE MAIO DE 2017.

ADEMIR JOSE GHELLER
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE CORONEL VÍVIDA - PR

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 10/2017

Processo Licitatório nº 62/2017

Despacho do Prefeito Municipal

Processo de Inexigibilidade nº 10/2017 RATIFICADO nos termos do art. 26, da Lei nº 8666/93, contendo parecer jurídico da Sra. Priscila Tregolin Giugli, Advogada deste Município, que declarou inexigível a licitação nos termos do "caput" do art. 25, do diploma legal invocado, para o fornecimento de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e Empreendedor Familiar Rural, para atender o Programa Nacional de Alimentação Escolar para Escolas Municipais, Centros Municipais de Educação Infantil, AABB Comunidade e Programa Fonte de Talentos, atendendo alunos da rede de educação básica pública, cumprindo os mandamentos da Lei nº 11.947/2009 e da Resolução/FNDE/CD nº 038/2009, Resolução/CD/FNDE nº 25 de 04 de julho de 2012, Resolução/CD/FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013, CREDENCIADO: Cooperativa dos Produtores Rurais de Coronel Vívica - COOPROVÍVIDA - CNPJ nº: 26.551.131/0001-50, valor total estimado de R\$ 427.100,00 (quatrocentos e vinte e sete mil e cem reais) com início em 19 de maio de 2017 e término em 31 de dezembro de 2017. Publique-se: Coronel Vívica, 18 de maio de 2017. Frank Ariel Schiavini, Prefeito Municipal.

Processo de Inexigibilidade nº 10/2017 RATIFICADO nos termos do art. 26, da Lei nº 8666/93, contendo parecer jurídico da Sra. Priscila Tregolin Giugli, Advogada deste Município, que declarou inexigível a licitação nos termos do "caput" do art. 25, do diploma legal invocado, para o fornecimento de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e Empreendedor Familiar Rural, para atender o Programa Nacional de Alimentação Escolar para Escolas Municipais, Centros Municipais de Educação Infantil, AABB Comunidade e Programa Fonte de Talentos, atendendo alunos da rede de educação básica pública, cumprindo os mandamentos da Lei nº 11.947/2009 e da Resolução/FNDE/CD nº 038/2009, Resolução/CD/FNDE nº 25 de 04 de julho de 2012, Resolução/CD/FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013, CREDENCIADO: Cooperativa dos Produtores Rurais de Coronel Vívica - COOPROVÍVIDA - CNPJ nº: 26.551.131/0001-50, valor total estimado de R\$ 427.100,00 (quatrocentos e vinte e sete mil e cem reais) com início em 19 de maio de 2017 e término em 31 de dezembro de 2017. Publique-se: Coronel Vívica, 18 de maio de 2017. Frank Ariel Schiavini, Prefeito Municipal.

Processo de Inexigibilidade nº 10/2017 RATIFICADO nos termos do art. 26, da Lei nº 8666/93, contendo parecer jurídico da Sra. Priscila Tregolin Giugli, Advogada deste Município, que declarou inexigível a licitação nos termos do "caput" do art. 25, do diploma legal invocado, para o fornecimento de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e Empreendedor Familiar Rural, para atender o Programa Nacional de Alimentação Escolar para Escolas Municipais, Centros Municipais de Educação Infantil, AABB Comunidade e Programa Fonte de Talentos, atendendo alunos da rede de educação básica pública, cumprindo os mandamentos da Lei nº 11.947/2009 e da Resolução/FNDE/CD nº 038/2009, Resolução/CD/FNDE nº 25 de 04 de julho de 2012, Resolução/CD/FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013, CREDENCIADO: Cooperativa dos Produtores Rurais de Coronel Vívica - COOPROVÍVIDA - CNPJ nº: 26.551.131/0001-50, valor total estimado de R\$ 427.100,00 (quatrocentos e vinte e sete mil e cem reais) com início em 19 de maio de 2017 e término em 31 de dezembro de 2017. Publique-se: Coronel Vívica, 18 de maio de 2017. Frank Ariel Schiavini, Prefeito Municipal.

Processo de Inexigibilidade nº 10/2017 RATIFICADO nos termos do art. 26, da Lei nº 8666/93, contendo parecer jurídico da Sra. Priscila Tregolin Giugli, Advogada deste Município, que declarou inexigível a licitação nos termos do "caput" do art. 25, do diploma legal invocado, para o fornecimento de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e Empreendedor Familiar Rural, para atender o Programa Nacional de Alimentação Escolar para Escolas Municipais, Centros Municipais de Educação Infantil, AABB Comunidade e Programa Fonte de Talentos, atendendo alunos da rede de educação básica pública, cumprindo os mandamentos da Lei nº 11.947/2009 e da Resolução/FNDE/CD nº 038/2009, Resolução/CD/FNDE nº 25 de 04 de julho de 2012, Resolução/CD/FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013, CREDENCIADO: Cooperativa dos Produtores Rurais de Coronel Vívica - COOPROVÍVIDA - CNPJ nº: 26.551.131/0001-50, valor total estimado de R\$ 427.100,00 (quatrocentos e vinte e sete mil e cem reais) com início em 19 de maio de 2017 e término em 31 de dezembro de 2017. Publique-se: Coronel Vívica, 18 de maio de 2017. Frank Ariel Schiavini, Prefeito Municipal.

Processo de Inexigibilidade nº 10/2017 RATIFICADO nos termos do art. 26, da Lei nº 8666/93, contendo parecer jurídico da Sra. Priscila Tregolin Giugli, Advogada deste Município, que declarou inexigível a licitação nos termos do "caput" do art. 25, do diploma legal invocado, para o fornecimento de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e Empreendedor Familiar Rural, para atender o Programa Nacional de Alimentação Escolar para Escolas Municipais, Centros Municipais de Educação Infantil, AABB Comunidade e Programa Fonte de Talentos, atendendo alunos da rede de educação básica pública, cumprindo os mandamentos da Lei nº 11.947/2009 e da Resolução/FNDE/CD nº 038/2009, Resolução/CD/FNDE nº 25 de 04 de julho de 2012, Resolução/CD/FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013, CREDENCIADO: Cooperativa dos Produtores Rurais de Coronel Vívica - COOPROVÍVIDA - CNPJ nº: 26.551.131/0001-50, valor total estimado de R\$ 427.100,00 (quatrocentos e vinte e sete mil e cem reais) com início em 19 de maio de 2017 e término em 31 de dezembro de 2017. Publique-se: Coronel Vívica, 18 de maio de 2017. Frank Ariel Schiavini, Prefeito Municipal.

Processo de Inexigibilidade nº 10/2017 RATIFICADO nos termos do art. 26, da Lei nº 8666/93, contendo parecer jurídico da Sra. Priscila Tregolin Giugli, Advogada deste Município, que declarou inexigível a licitação nos termos do "caput" do art. 25, do diploma legal invocado, para o fornecimento de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e Empreendedor Familiar Rural, para atender o Programa Nacional de Alimentação Escolar para Escolas Municipais, Centros Municipais de Educação Infantil, AABB Comunidade e Programa Fonte de Talentos, atendendo alunos da rede de educação básica pública, cumprindo os mandamentos da Lei nº 11.947/2009 e da Resolução/FNDE/CD nº 038/2009, Resolução/CD/FNDE nº 25 de 04 de julho de 2012, Resolução/CD/FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013, CREDENCIADO: Cooperativa dos Produtores Rurais de Coronel Vívica - COOPROVÍVIDA - CNPJ nº: 26.551.131/0001-50, valor total estimado de R\$ 427.100,00 (quatrocentos e vinte e sete mil e cem reais) com início em 19 de maio de 2017 e término em 31 de dezembro de 2017. Publique-se: Coronel Vívica, 18 de maio de 2017. Frank Ariel Schiavini, Prefeito Municipal.

Processo de Inexigibilidade nº 10/2017 RATIFICADO nos termos do art. 26, da Lei nº 8666/93, contendo parecer jurídico da Sra. Priscila Tregolin Giugli, Advogada deste Município, que declarou inexigível a licitação nos termos do "caput" do art. 25, do diploma legal invocado, para o fornecimento de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e Empreendedor Familiar Rural, para atender o Programa Nacional de Alimentação Escolar para Escolas Municipais, Centros Municipais de Educação Infantil, AABB Comunidade e Programa Fonte de Talentos, atendendo alunos da rede de educação básica pública, cumprindo os mandamentos da Lei nº 11.947/2009 e da Resolução/FNDE/CD nº 038/2009, Resolução/CD/FNDE nº 25 de 04 de julho de 2012, Resolução/CD/FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013, CREDENCIADO: Cooperativa dos Produtores Rurais de Coronel Vívica - COOPROVÍVIDA - CNPJ nº: 26.551.131/0001-50, valor total estimado de R\$ 427.100,00 (quatrocentos e vinte e sete mil e cem reais) com início em 19 de maio de 2017 e término em 31 de dezembro de 2017. Publique-se: Coronel Vívica, 18 de maio de 2017. Frank Ariel Schiavini, Prefeito Municipal.

Processo de Inexigibilidade nº 10/2017 RATIFICADO nos termos do art. 26, da Lei nº 8666/93, contendo parecer jurídico da Sra. Priscila Tregolin Giugli, Advogada deste Município, que declarou inexigível a licitação nos termos do "caput" do art. 25, do diploma legal invocado, para o fornecimento de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e Empreendedor Familiar Rural, para atender o Programa Nacional de Alimentação Escolar para Escolas Municipais, Centros Municipais de Educação Infantil, AABB Comunidade e Programa Fonte de Talentos, atendendo alunos da rede de educação básica pública, cumprindo os mandamentos da Lei nº 11.947/2009 e da Resolução/FNDE/CD nº 038/2009, Resolução/CD/FNDE nº 25 de 04 de julho de 2012, Resolução/CD/FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013, CREDENCIADO: Cooperativa dos Produtores Rurais de Coronel Vívica - COOPROVÍVIDA - CNPJ nº: 26.551.131/0001-50, valor total estimado de R\$ 427.100,00 (quatrocentos e vinte e sete mil e cem reais) com início em 19 de maio de 2017 e término em 31 de dezembro de 2017. Publique-se: Coronel Vívica, 18 de maio de 2017. Frank Ariel Schiavini, Prefeito Municipal.

Processo de Inexigibilidade nº 10/2017 RATIFICADO nos termos do art. 26, da Lei nº 8666/93, contendo parecer jurídico da Sra. Priscila Tregolin Giugli, Advogada deste Município, que declarou inexigível a licitação nos termos do "caput" do art. 25, do diploma legal invocado, para o fornecimento de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e Empreendedor Familiar Rural, para atender o Programa Nacional de Alimentação Escolar para Escolas Municipais, Centros Municipais de Educação Infantil, AABB Comunidade e Programa Fonte de Talentos, atendendo alunos da rede de educação básica pública, cumprindo os mandamentos da Lei nº 11.947/2009 e da Resolução/FNDE/CD nº 038/2009, Resolução/CD/FNDE nº 25 de 04 de julho de 2012, Resolução/CD/FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013, CREDENCIADO: Cooperativa dos Produtores Rurais de Coronel Vívica - COOPROVÍVIDA - CNPJ nº: 26.551.131/0001-50, valor total estimado de R\$ 427.100,00 (quatrocentos e vinte e sete mil e cem reais) com início em 19 de maio de 2017 e término em 31 de dezembro de 2017. Publique-se: Coronel Vívica, 18 de maio de 2017. Frank Ariel Schiavini, Prefeito Municipal.

Processo de Inexigibilidade nº 10/2017 RATIFICADO nos termos do art. 26, da Lei nº 8666/93, contendo parecer jurídico da Sra. Priscila Tregolin Giugli, Advogada deste Município, que declarou inexigível a licitação nos termos do "caput" do art. 25, do diploma legal invocado, para o fornecimento de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e Empreendedor Familiar Rural, para atender o Programa Nacional de Alimentação Escolar para Escolas Municipais, Centros Municipais de Educação Infantil, AABB Comunidade e Programa Fonte de Talentos, atendendo alunos da rede de educação básica pública, cumprindo os mandamentos da Lei nº 11.947/2009 e da Resolução/FNDE/CD nº 038/2009, Resolução/CD/FNDE nº 25 de 04 de julho de 2012, Resolução/CD/FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013, CREDENCIADO: Cooperativa dos Produtores Rurais de Coronel Vívica - COOPROVÍVIDA - CNPJ nº: 26.551.131/0001-50, valor total estimado de R\$ 427.100,00 (quatrocentos e vinte e sete mil e cem reais) com início em 19 de maio de 2017 e término em 31 de dezembro de 2017. Publique-se: Coronel Vívica, 18 de maio de 2017. Frank Ariel Schiavini, Prefeito Municipal.

Processo de Inexigibilidade nº 10/2017 RATIFICADO nos termos do art. 26, da Lei nº 8666/93, contendo parecer jurídico da Sra. Priscila Tregolin Giugli, Advogada deste Município, que declarou inexigível a licitação nos termos do "caput" do art. 25, do diploma legal invocado, para o fornecimento de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e Empreendedor Familiar Rural, para atender o Programa Nacional de Alimentação Escolar para Escolas Municipais, Centros Municipais de Educação Infantil, AABB Comunidade e Programa Fonte de Talentos, atendendo alunos da rede de educação básica pública, cumprindo os mandamentos da Lei nº 11.947/2009 e da Resolução/FNDE/CD nº 038/2009, Resolução/CD/FNDE nº 25 de 04 de julho de 2012, Resolução/CD/FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013, CREDENCIADO: Cooperativa dos Produtores Rurais de Coronel Vívica - COOPROVÍVIDA - CNPJ nº: 26.551.131/0001-50, valor total estimado de R\$ 427.100,00 (quatrocentos e vinte e sete mil e cem reais) com início em 19 de maio de 2017 e término em 31 de dezembro de 2017. Publique-se: Coronel Vívica, 18 de maio de 2017. Frank Ariel Schiavini, Prefeito Municipal.

Processo de Inexigibilidade nº 10/2017 RATIFICADO nos termos do art. 26, da Lei nº 8666/93, contendo parecer jurídico da Sra. Priscila Tregolin Giugli, Advogada deste Município, que declarou inexigível a licitação nos termos do "caput" do art. 25, do diploma legal invocado, para o fornecimento de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e Empreendedor Familiar Rural, para atender o Programa Nacional de Alimentação Escolar para Escolas Municipais, Centros Municipais de Educação Infantil, AABB Comunidade e Programa Fonte de Talentos, atendendo alunos da rede de educação básica pública, cumprindo os mandamentos da Lei nº 11.947/2009 e da Resolução/FNDE/CD nº 038/2009, Resolução/CD/FNDE nº 25 de 04 de julho de 2012, Resolução/CD/FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013, CREDENCIADO: Cooperativa dos Produtores Rurais de Coronel Vívica - COOPROVÍVIDA - CNPJ nº: 26.551.131/0001-50, valor total estimado de R\$ 427.100,00 (quatrocentos e vinte e sete mil e cem reais) com início em 19 de maio de 2017 e término em 31 de dezembro de 2017. Publique-se: Coronel Vívica, 18 de maio de 2017. Frank Ariel Schiavini, Prefeito Municipal.

Processo de Inexigibilidade nº 10/2017 RATIFICADO nos termos do art. 26, da Lei nº 8666/93, contendo parecer jurídico da Sra. Priscila Tregolin Giugli, Advogada deste Município, que declarou inexigível a licitação nos termos do "caput" do art. 25, do diploma legal invocado, para o fornecimento de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e Empreendedor Familiar Rural, para atender o Programa Nacional de Alimentação Escolar para Escolas Municipais, Centros Municipais de Educação Infantil, AABB Comunidade e Programa Fonte de Talentos, atendendo alunos da rede de educação básica pública, cumprindo os mandamentos da Lei nº 11.947/2009 e da Resolução/FNDE/CD nº 038/2009, Resolução/CD/FNDE nº 25 de 04 de julho de 2012, Resolução/CD/FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013, CREDENCIADO: Cooperativa dos Produtores Rurais de Coronel Vívica - COOPROVÍVIDA - CNPJ nº: 26.551.131/0001-50, valor total estimado de R\$ 427.100,00 (quatrocentos e vinte e sete mil e cem reais) com início em 19 de maio de 2017 e término em 31 de dezembro de 2017. Publique-se: Coronel Vívica, 18 de maio de 2017. Frank Ariel Schiavini, Prefeito Municipal.

Processo de Inexigibilidade nº 10/2017 RATIFICADO nos termos do art. 26, da Lei nº 8666/93, contendo parecer jurídico da Sra. Priscila Tregolin Giugli, Advogada deste Município, que declarou inexigível a licitação nos termos do "caput" do art. 25, do diploma legal invocado, para o fornecimento de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e Empreendedor Familiar Rural, para atender o Programa Nacional de Alimentação Escolar para Escolas Municipais, Centros Municipais de Educação Infantil, AABB Comunidade e Programa Fonte de Talentos, atendendo alunos da rede de educação básica pública, cumprindo os mandamentos da Lei nº 11.947/2009 e da Resolução/FNDE/CD nº 038/2009, Resolução/CD/FNDE nº 25 de 04 de julho de 2012, Resolução/CD/FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013, CREDENCIADO: Cooperativa dos Produtores Rurais de Coronel Vívica - COOPROVÍVIDA - CNPJ nº: 26.551.131/0001-50, valor total estimado de R\$ 427.100,00 (quatrocentos e vinte e sete mil e cem reais) com início em 19 de maio de 2017 e término em 31 de dezembro de 2017. Publique-se: Coronel Vívica, 18 de maio de 2017. Frank Ariel Schiavini, Prefeito Municipal.

Processo de Inexigibilidade nº 10/2017 RATIFICADO nos termos do art. 26, da Lei nº 8666/93, contendo parecer jurídico da Sra. Priscila Tregolin Giugli, Advogada deste Município, que declarou inexigível a licitação nos termos do "caput" do art. 25, do diploma legal invocado, para o fornecimento de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e Empreendedor Familiar Rural, para atender o Programa Nacional de Alimentação Escolar para Escolas Municipais, Centros Municipais de Educação Infantil

PR: 213 - 250
 (9) 319 - 356

ESTAMOS AQUI PARA AJUDAR A MELHORAR SEUS MOMENTOS E FUTURO.

GOVERNO
AZEVEDOportal da
SaúdeGOVERNO FEDERAL
BRASIL
PÁTRIA EDUCADORA

INÍCIO

CONIMS

SERVIÇOS

SELEÇÃO PÚBLICA

LICITAÇÕES

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA

MUNICÍPIOS CONSORCIADOS

CONTATOS

Termo de Homologação e Adjudicação 017/2017

Contratação de pessoas físicas da área da saúde para prestação de serviços médicos ambulatoriais e urgência e emergência (SRP).



RATIFICAÇÃO

19/05/2017

[DOWNLOAD](#)


TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

19/05/2017

[DOWNLOAD](#)

◀ 1 / 1 ▶

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE - CONIMS

 End: Rua Afonso Pena, 1852, Hym. Anália - Cep: 05.501-020
 Tel: (41) 3313-0330 - Fax: (41) 3313-0366
 Email: atendimento@conims.com.br
 Fato Branco - Paraná - Brasil


Consórcio Intermunicipal de Saúde. Documento gerado no TCE/PR.

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO
N.º 066/2017

CONTRATANTE: Consórcio Intermunicipal de Saúde - **CONIMS**, pessoa jurídica de direito público, sem fins lucrativos, estabelecida à Rua Afonso Pena, n.º 1902, inscrita no C.N.P.J. Sob n.º 00.136.858/0001-88, cidade de Pato Branco, PR, neste ato representado pelo Presidente, Sr. Altair Jose Gasparetto.

CONTRATADA: Clin-Clinicas Integradas Ltda - **EPP**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob n.º 03.747.175/0001-55 com sede na Rua Tocantins, n.º 2320, Centro, na cidade de Pato Branco-PR, CEP 85501-272, neste ato representado por Eduardo Alberton Benvenuti, portador do RG n.º 822.461-7 SSP-PR e CPF n.º 320.571.139-49.

Pelo presente instrumento, oriundo do Processo de Inexigibilidade de Licitação n.º 017/2017, devidamente justificada pelo Edital de Chamamento Público n.º 003/2015 para Credenciamento de Pessoa Jurídica da Área de Saúde e em conformidade com o disposto na Lei n.º 8.666/93, suas alterações, Lei n.º 8.080/90, Lei Estadual n.º 15.608/07, Portaria n.º 1.286/93 e Portaria n.º 1.034/10 do Ministério da Saúde e respectivas alterações, a CONTRATANTE e a CONTRATADA, neste ato representado por seus representantes legais ao final subscritos, tem entre si justo e avençado o presente contrato, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS DA ÁREA DE SAÚDE PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS AMBULATORIAIS E SERVIÇOS DE APOIO À DIAGNOSE E TERAPIA (SADT).

1.2. Os serviços inerentes ao objeto estão discriminados no anexo I, que passa a fazer parte integrante do presente contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FORMA DE PRESTAÇÃO

2.1. A Contratada irá atender os usuários oriundos dos Municípios consorciados à Contratante.

2.1.2. A Contratada executará os serviços na sede do consórcio situado na Rua Afonso Pena, 1902, Bairro Anchieta, Pato Branco-PR. Os horários para a prestação de serviços serão nas Quartas e Quintas-feiras das 13hs às 17hs.

2.1.3. A Contratante poderá fiscalizar a execução dos serviços contratados em qualquer tempo.

2.1.4. Para prestação dos serviços contratados a contratada disponibilizará o profissional Eduardo Alberton Benvenuti, inscrito no CRM/PR n.º 5790.

2.1.5. O fornecimento de equipamentos, insumos e materiais ambulatoriais necessários à prestação dos serviços na sede do CONIMS é de responsabilidade da Contratante.

2.1.5.1. Para os atendimentos nas unidades da Contratante serão fornecidos os

Equipamentos de Proteção Individual – EPI's, os quais deverão ser obrigatoriamente utilizados de forma correta pela Contratada, conforme preconiza a legislação de prevenção de acidentes.

2.1.5.2. Em caso da não utilização dos Equipamentos de Proteção Individual – EPI's a contratada fica sujeita as penalidades legais do Item 16 e subitens do edital.

2.1.6. Caso se verifiquem defeitos nos equipamentos decorrentes de má utilização ou se constate desperdícios dos materiais e/ou insumos ambulatoriais cedidos pela Contratante à Contratada, poderá a Contratante solicitar ressarcimento mediante processo administrativo a ser aberto e comunicado por escrito, cabendo a Contratada o direito ao contraditório e à ampla defesa.

2.1.7. Para efeito de faturamento e pagamento, a competência inicia-se no dia 25 (vinte e cinco) do mês anterior e vai até 24 (vinte e quatro) do mês relativo a competência.

2.1.8. Em caso de não atendimento por impedimento de urgência da Contratada, deverá comunicar-se com a Contratante para acordar o atendimento, garantindo a programação, sem qualquer prejuízo ou ônus à Contratante.

2.1.9. A prestação do serviço não constitui, em hipótese alguma, vínculo empregatício de qualquer espécie entre a Contratada e a Contratante.

2.1.10. A Contratada deverá possuir cadastro de assinatura eletrônica criptografada.

2.1.11. Os atendimentos realizados por encaminhamento dos municípios consorciados não poderão ser referenciados para atendimento de forma particular ou solicitação de complementação de valores para procedimentos e/ou cirurgias.

2.1.12. Toda necessidade de serviços complementares e/ou procedimentos e/ou cirurgias deverão ser solicitados em guias específicas do SUS (Sistema Único de Saúde).

2.1.13. Caso a Contratada identifique que o procedimento a ser realizado no paciente não seja contemplado pelo Sistema Único de Saúde – SUS, deverá comunicar a Contratante no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, informando o tipo do procedimento, via ofício ou e-mail, para que sejam tomadas as devidas e necessárias providências para o atendimento e finalização do tratamento.

2.2. CONSULTAS ESPECIALIZADAS

2.2.1. Somente serão aceitas guia de referência/contra-referência ou ficha de reconsulta autorizada, contendo, carimbo e rubrica do funcionário do município origem.

2.2.2. O tempo mínimo preconizado para cada consulta é de 15 (quinze) minutos, conforme determinação da Organização Mundial de Saúde (OMS). Porém, poderá o profissional atender em tempo menor desde que não afete a qualidade do atendimento. Se houver perda de qualidade e constatado atendimento em tempo inferior ao preconizado, a Contratante poderá invocar o contido na cláusula sexta e, conseqüentemente, o contido na cláusula sétima do presente instrumento.

2.2.3. As guias de referência/contra referência e fichas de reconsulta deverão ser entregues diariamente a funcionário da Contratante. No caso de os atendimentos serem prestados em

município divergente da Contratante, os documentos deverão ser encaminhados semanalmente através do serviço de correio ou outros.

2.2.4. As fichas de reconsultas terão validade de 15 (quinze) dias. Quando ocorrer o atendimento dentro do referido prazo, não haverá custo para a Contratante. Após decorrido o preconizado, tal atendimento será considerado como consulta normal e contará para efeito de faturamento e pagamento.

2.2.5. O parâmetro utilizado para solicitação de exames está condicionado a Portaria nº 1101/02.

2.3. SISTEMA

2.3.1. O controle dos quantitativos de atendimentos realizados dentro do período é de responsabilidade única e exclusiva da Contratada, sendo que a Contratante disponibilizará o **Sistema** para processar a produção referente a competência, que ficará responsável pelo controle do saldo contratado, a qual deverá ser lançada e encaminhadas as guias de referencia/contra referencia, fichas de reconsulta, solicitações de exames e procedimentos e suas devidas autorizações, cabendo a Contratante apenas conferir as quantidades apresentadas no faturamento.

2.3.1.1. Através dos relatórios que podem ser emitidos pelo sistema, a contratada fica responsável pelo acompanhamento e conferência do saldo remanescente.

2.3.1.2. A Contratada fica na obrigação de notificar a Contratante com 30 (trinta) dias de antecedência quando os serviços executados chegarem na percentagem de 10% do termino do saldo contratado.

2.3.1.3. A contratante fica eximida da responsabilidade de pagamento pelos serviços prestados acima do saldo contratado.

2.3.2. Os interessados em prestar serviços em **consultas médicas** especializadas devem dispor de computador com internet para alimentar o prontuário eletrônico no sistema, sendo que as consultas só serão pagas se for emitida a contra referencia pelo profissional.

2.3.3. O sistema será disponibilizado única e exclusivamente para o atendimento aos usuários dos municípios consorciados ao CONIMS, sendo vetada a utilização que não seja para a função descrita, ficando sujeito às penalidades previstas na legislação vigente, caso comprovado desvios de utilização.

CLÁUSULA TERCEIRA –LEGIBILIDADE

3.1. As prescrições médicas, solicitações de exames, contra referência e encaminhamentos deverão estar redigidos com clareza e serem legíveis.

3.2. O não cumprimento desta cláusula poderá acarretar denúncia ao Ministério da Saúde (MS) e ao Conselho Regional da categoria, uma vez que ambos os órgãos reguladores determinam a exigência citada.

CLÁUSULA QUARTA – VIGÊNCIA

- 4.1.** O prazo de vigência do Contrato será de 14 (quatorze) meses, contados a partir de sua assinatura, prazo suficiente para quitação dos pagamentos.
- 4.2.** O prazo de vigência para execução dos serviços será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado mediante assinatura de Termo Aditivo entre as partes, mantido os direitos, obrigações e responsabilidades contratuais, sendo que qualquer prorrogação deverá ser solicitada no prazo de vigência do contrato, com justificativa por escrito, nos termos do art.57§§ 1º e 2º, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA QUINTA – OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. A Contratante fica obrigada a:

- 5.1.1.** Efetuar os pagamentos na forma ajustada.
- 5.1.2.** Fornecer e colocar a disposição da Contratada todas as informações que se fizerem necessárias à execução dos serviços contratados.
- 5.1.3.** Comunicar imediatamente à CONTRATADA quaisquer irregularidades com o objeto contratado.
- 5.1.4.** Fiscalizar a realização do serviço contratado.

5.2. A Contratada fica obrigada a:

- 5.2.1.** Prestar os serviços na forma ajustada.
- 5.2.2.** Obedecer às diretrizes emanadas do responsável competente da contratante, no tocante à organização e realização dos serviços em causa.
- 5.2.3.** Permitir fiscalização pelo CONTRATANTE, nos serviços contratados, independente de agendamento prévio.
- 5.2.4.** Providenciar a imediata correção das divergências apontadas pela CONTRATANTE quanto à execução dos serviços contratados.
- 5.2.5.** Atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais decorrentes da execução do presente Contrato.
- 5.2.6.** A Contratada deverá manter durante toda a vigência contratual, compatibilidade com as obrigações assumidas assim como todas as condições de habilitação e qualificação, inclusive: Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas e Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais, adimplente com encargos sociais e todas as despesas diretas e indiretas do objeto contratado demonstrando situação regular no cumprimento.
- 5.2.7.** Executar diretamente o contrato, não transferindo a terceiros, por qualquer forma, mesmo parcialmente, o Contrato, nem subcontratar quaisquer das prestações a que está obrigada.
- 5.2.8.** Observar conduta adequada na utilização dos materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios, objetivando a correta execução dos serviços *(Este será o conteúdo apenas para os*

prestadores que venham atender na sede da Contratante).

5.2.9. Comunicar, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias as impossibilidades de atendimento, salvo as motivadas por força maior, que serão justificadas.

5.2.10. Alimentar o sistema, informando todos os dados necessários para processar o faturamento no período de 25 do mês anterior a 24 do mês relativo a competência.

5.2.11. A Contratada deverá possuir cadastro de assinatura eletrônica criptografada.

CLÁUSULA SEXTA – PENALIDADES

6.1. Quando a Contratada não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais serão aplicadas as seguintes penalidades, cumulativas ou não, conforme o caso:

6.1.1. Advertência.

6.1.2. Multa de 2 % (dois por cento) sobre o valor contratual quando:

a) Os serviços estiverem em desacordo com as especificações contidas no contrato ou em descumprimento com uma das cláusulas.

b) Se houver rescisão por culpa ou requerimento da Contratada sem causa justificada ou amparo legal.

c) Pela descontinuidade dos serviços, a ser cobrada por dia parado, até o limite de 10 (dez) dias.

6.2. Sem prejuízo da multa estabelecida pela Contratante, a Contratada responderá pelas perdas e danos causados, os quais serão mensurados caso a caso.

6.3. Caso a Contratada não venha a recolher a multa devida dentro do prazo determinado, a mesma será descontada do valor das parcelas de pagamento vincendas, garantindo a esta o pleno direito de defesa.

6.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante o CONIMS, que ocorrerá sempre que o faltoso ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada.

6.5. Impedimento de participar de licitações e contratar com o CONIMS, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

6.6. Além das penalidades citadas, a licitante vencedora ficará sujeita, ainda, ao cancelamento de sua inscrição no cadastro de fornecedores do CONIMS e, no que couber às demais penalidades referidas no Capítulo IV da Lei 8.666/93.

CLAUSULA SÉTIMA – RESCISÃO/DESCREDENCIAMENTO

7.1. Descredenciamento Voluntário por qualquer das partes

7.1.1. Para efetuar a rescisão/descredenciamento a Contratada deverá enviar requerimento de descredenciamento endereçado ao CONIMS, com um prazo de antecedência de 60 (sessenta) dias.

7.1.2. A rescisão contratual poderá ser solicitada também pelo CONIMS, o qual deverá

demonstrar que ela não resulta em prejuízo à Administração Pública.

7.2. DESCREDENCIAMENTO INVOLUNTÁRIO

7.2.1. O CONIMS poderá rescindir o contrato, unilateralmente, e consequentemente descredenciar a Contratada, mediante comunicação escrita, assegurando o contraditório e ampla defesa, sem que, por isso, seja obrigada a suportar ônus de indenização, multa ou pagamento extra, a qualquer título, se a Contratada:

7.2.1.1. Deixar de executar e/ou fornecer o serviço na forma e nos prazos estipulados no Edital de Credenciamento, ou infringir qualquer disposição do Contrato, na forma dos artigos 77 e 78 da Lei 8.666/93, e posteriores alterações, com as consequências previstas no art. 80 da referida Lei, sem que caiba à Contratada direito a qualquer indenização.

7.2.1.2. Recusar-se a receber ou cumprir instruções para melhor execução e/ou fornecimento do serviço;

7.2.1.3. Verificada qualquer infração do contrato por parte da Contratada;

7.2.1.4. Quando houver a existência de 3 (três) reclamações por escrito de pacientes e gestores municipais, garantido o contraditório e ampla defesa a Contratada;

7.2.1.5. Proceder eventual cobrança de qualquer valor excedente dos pacientes ou seus responsáveis.

7.2.2. A rescisão unilateral do contrato poderá também ocorrer, mediante autorização da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, quando comprovada a conveniência para a Administração.

7.3. Em caso de rescisão contratual o pagamento final será realizado até o dia 30 do mês posterior ao da data descrita na nota fiscal mesmo que o encerramento da prestação do serviço se dê anterior a esta data.

CLÁUSULA OITAVA – DO VALOR

8.1. A Contratante pagará à Contratada os valores unitários constantes no Anexo I do presente instrumento.

8.2. Não poderá ser cobrado qualquer tipo de despesa senão única e exclusivamente o valor do objeto contratado.

CLÁUSULA NONA – GARANTIA DE QUALIDADE

9.1. A Contratada garante qualidade em todo objeto do presente instrumento, valendo esta cláusula como certificado, a qual poderá ser invocada a qualquer tempo.

CLÁUSULA DÉCIMA – FATURAMENTO E PAGAMENTO

10.1. Para efeito de faturamento e pagamento, a competência inicia-se no dia 25 do mês anterior e vai até o dia 24 do mês relativo à competência.

10.2. Os serviços efetivamente prestados pela Contratada deverão ser apresentados, através

da produção no Sistema, sendo que os pagamentos serão realizados até o dia 30 do mês posterior ao da data descrita na nota fiscal.

10.2.1. Somente serão realizados os pagamentos que não ultrapassarem o saldo contratado, conforme determina na cláusula 13.16 à 13.16.5 do edital.

10.3. Constatados erros, divergências ou outra causa nos documentos apresentados à cobrança pela Contratada, será o respectivo valor descontado da fatura apresentada para fins de análise e verificação, sendo que, depois de corrigidos os problemas, o valor será incluído no pagamento da fatura seguinte, ou rejeitado mediante comunicação escrita à Contratada.

10.4. A iniciativa e encargo do cálculo da nota fiscal serão da Contratada, cabendo à Contratante apenas a verificação do resultado obtido.

10.5. A Contratada deverá manter-se regularizada, perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas e Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais, para que a Contratante, possa efetuar os devidos pagamentos. Caso a Contratada esteja em débito com tais entidades eventuais pagamentos ficarão retidos e a suspensão da prestação de serviços, até regularização. Constatada a irregularidade a Contrata será notificada para regularização e comunicada da retenção do pagamento e a suspensão dos serviços.

10.6. O pagamento será depositado diretamente na conta bancária da Contratada conforme dados fornecidos no ANEXO I do presente Edital.

10.7. O pagamento ficará retido no caso de descumprimento pela Contratada de qualquer disposição do edital ou do contrato e a suspensão dos serviços.

10.8. Não poderá ser cobrado qualquer tipo de despesa senão única e exclusivamente o valor dos serviços contratados.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – REAJUSTE

11.1. Os valores do presente instrumento do Grupo "A" inicialmente contratados poderão ser reajustados, após o período de um ano pelo índice do IPCA/IBGE.

11.2. O percentual do reajuste a ser aplicado deverá ser mensurado com base no último índice oficialmente divulgado.

11.3. O interregno de um ano será contado da data da proposta.

11.4. A CONTRATADA poderá exercer, perante a CONTRATANTE, seu direito de reajuste até a data da prorrogação contratual subsequente, sendo que, se não o fizer de forma tempestiva, e, por via de consequência, prorrogar o Contrato sem pleitear o respectivo reajuste, ocorrerá à preclusão de seu direito.

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA – RECURSOS FINANCEIROS

12.1. As despesas geradas em função da aquisição do objeto do presente contrato correrão por conta das dotações orçamentárias previstas sob códigos n.º 02.01.10.302.0002.2.002.3.3.90.39.00.00.00.00 – Fontes 1076 e 1000.

8

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – SUBCONTRATAÇÃO

13.1. O presente termo não poderá ser objeto de cessão, transferência e/ou subcontratação no todo ou em parte, não podendo a Contratada se valer deste para vincular terceiros a presente contratação, sob pena de imediata rescisão e aplicação das penalidades previstas na cláusula sexta e sétima do presente instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – AÇÕES JUDICIAIS

14.1. Qualquer ação judicial contra a CONTRATANTE oriunda de serviços prestados pela CONTRATADA, ou mesmo que venha a CONTRATANTE compor a lide, será de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA, a qual arcará com todas as despesas de qualquer natureza que do ato resultar, ressarcindo à CONTRATANTE todo e qualquer valor que for obrigada a desembolsar em razão dessas ações judiciais, extrajudiciais ou reclamações administrativas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – FORO

15.1. Para resolver os conflitos e dirimir dúvidas oriundas do presente instrumento, as partes elegem o Foro da Comarca de Pato Branco - PR.

E por assim estarem justos e acordados, assinam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma e na presença de duas testemunhas, para que surtam seus efeitos legais.

Pato Branco, 18 de maio de 2017.



Eduardo Alberton Benvenutti
Contratada




Altair José Gasparetto
Contratante

Testemunhas:



Katiuscia Aparecida Milani Albuquerque
CPF: 004.006.229-55



Samir Rodrigo Kalinoski
CPF: 840.003.849-53

00050
8

ANEXO I

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE CONTRATADA	VALOR UNITÁRIO CONTRATADO	VALOR TOTAL CONTRATADO
CONSULTAS ESPECIALIZADAS				
301010072	CONSULTA MÉDICA EM ATENÇÃO ESPECIALIZADA	2.000	36,67	73.340,00
VALOR TOTAL DO CONTRATO R\$				73.340,00



000051

VENCIMENTO CONTRATO-CONIMS

De: LICITACAO - CONIMS

Para: clin.clinicas@gmail.com

Cópia:

Cópia oculta:

Assunto: VENCIMENTO CONTRATO-CONIMS

Enviada em: 22/02/2018 | 09:00

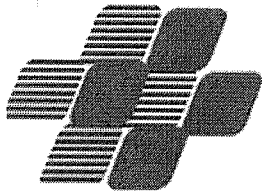
Recebida em: 22/02/2018 | 09:00

EDITAL CRED... .pdf 425.45
KB

Bom dia

Conforme contato telefônico segue em anexo Edital de Credenciamento 003/2017 para providencia da documentação necessária para novo contrato, lembrando que o Contrato 066/2017 vencera em 18/05/2018 e posterior a esta data os serviços estarão bloqueados.
Ficamos no aguardo com a máxima urgência.

Atenciosamente,




LICITAÇÃO / CONTRATOS / CREDENCIAMENTO
CONIMS – Consórcio Intermunicipal de Saúde
Fone: (46) 3313 3550
Rua Afonso Pena, 1902 – Bairro Anchieta
CEP: 85501-530 – Pato Branco - PR
www.conims.com.br



Ao CONIMS – Consórcio Intermunicipal de Saúde

Venho solicitar o descredenciamento da Clin-Clinicas Integradas Ltda junto a este consórcio, encerrando a prestação dos serviços a partir de 24 de março de 2018.
Atenciosamente,



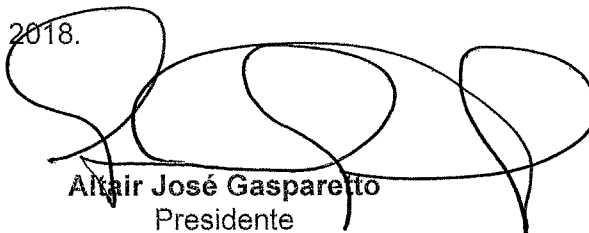
Eduardo Alberton Benvenuti
Pato Branco, 07 de março de 2018



REF: CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º 066/2017.

- I. Considerando que o prestador solicitou o descredenciamento para prestação de serviço em Atendimentos.
- II. AUTORIZO a rescisão do Contrato de Prestação de Serviços acima mencionado.

Pato Branco, 08 de março de 2018.



Altair José Gasparetto
Presidente

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO

**TERMO DE RESCISÃO DE
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE
SERVIÇOS Nº 066/2017
CELEBRADO ENTRE O
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL
DE SAÚDE E CLIN-CLINICAS
INTEGRADAS LTDA-EPP.**

CONTRATANTE: Consórcio Intermunicipal de Saúde, pessoa jurídica de direito público, inscrita no C.N.P.J. sob n.º 00.136.858/0001-88, estabelecida à Rua Afonso Pena, 1902, Bairro Anchieta, na cidade de Pato Branco – PR, neste ato representada pelo Sr. Altair José Gasparetto, Presidente.

CONTRATADA: Clin-Clinicas Integradas Ltda - EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob n.º 03.747.175/0001-55 com sede na Rua Tocantins, n.º 2320, Centro, na cidade de Pato Branco-PR, CEP 85501-272, neste ato representado por Eduardo Alberton Benvenuti, portador do RG n.º 822.461-7 SSP-PR e CPF n.º 320.571.139-49.

As partes acima identificadas resolvem rescindir o Contrato de Prestação de Serviços acima referenciado, com fundamento no art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666/93, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente termo tem por objeto a rescisão do Contrato de Prestação de Serviço nº 066/2017, celebrado em 18 de maio de 2017.

CLAUSULA SEGUNDA – DA RESCISÃO

Por força do presente Termo de Rescisão, as partes dão por terminado a prestação de serviços, a partir de 24 de março de 2018, e a rescisão do mesmo, dar-se-á no último pagamento.

CLAUSULA TERCEIRA – DA QUITAÇÃO

As partes acordam que o pagamento final pela Solicitante será realizado nos termos da cláusula décima, assumida no contrato ora rescindido, sendo que o pagamento dos trabalhos relativos à última fatura será realizado até o dia 30 do mês subsequente ao descrito na nota fiscal.

Depois de efetivado o pagamento, as partes dão entre si quitações mútuas relativamente à contratação havida, nada mais tendo a reclamar uma da outra, a qualquer título e em qualquer época, relativamente às obrigações assumidas no ajuste ora rescindido.

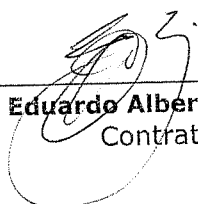
CLÁUSULA QUARTA – DO FORO

Para dirimir as questões oriundas do presente instrumento, é competente o Foro da Comarca de Pato Branco – PR.



E por estarem de acordo com todas as condições e termos aqui explicitados, assinam as partes o presente instrumento em 02(duas) vias de igual teor e forma, juntamente com 02 (duas) testemunhas, para que se produzam os efeitos legais necessários.

Pato Branco, 08 de março de 2018.

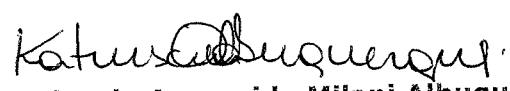


Eduardo Alberton Benvenutti
Contratada

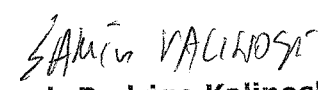


Altair José Gasparetto
Contratante

Testemunhas:



Katiuscia Aparecida Milani Albuquerque
CPF: 004.006.229-55



Samir Rodrigo Kalinoski
CPF: 840.003.849-53